



PEC 55

Que bicho é esse?

igam... à PEC
NA LUTA EM DEFESA DA ED
E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufcsa | Ufcsa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFRS Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro

Diretor de Assuntos da Carreira do EBT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br



Adverso, Porto Alegre, nº 223, nov./dez. 2016

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Machado Mors

Lucio Olímpio de Carvalho Vieira

Luciana Boose Pinheiro

Lucia Couto Terra

Tiragem: 3.600 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Araldo Neto e Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Arte-final: Leonardo Guterres

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Lucia Pellanda e Jenifer Saffi

Nova gestão da UFCSPA
prioriza transparência
nas decisões e foco
nas pessoas



04

Conjuntura Nacional

Como um Tsunami

Medidas do governo, como a PEC55 e a
Reforma da Previdência, atingem em cheio
toda a classe trabalhadora

10

PEC 55

Gato por Lebre

Economista da Unicamp diz que governo usa a
crise para justificar redução do papel do Estado

20

Legislação Trabalhista

Direitos históricos estão
ameaçados a partir de 2017

25

Expansão

IFSul Campus Sapucaia reforça papel
da escola pública no desenvolvimento
humano

29

Artigo

Desafios para o financiamento da saúde
com a PEC 55

Roger dos Santos Rosa

33

Vida no Campus

Transformação social,
com auto-gestão,
horizontalidade e
participação, é a
marca do EMVA



37

Editora da UFCSPA

Obras em formato digital,
com acesso gratuito

45

Da autonomia democrática à democracia tutelada

Mais do que um processo de escolha, a democracia deve servir para universalizar direitos que ainda são reservados para poucos. O debate que tem se oferecido à sociedade, nestes tempos turbulentos, passa muito mais pela discussão sobre a forma de exercê-la do que pelos seus efeitos. A questão não é menor, pois o direito à reivindicação ultrapassa os limites impostos pela escolha do processo. A forma de fazer valer a vontade da maioria (o respeito à maioria é uma forma de exercer a democracia) não pode agredir o direito da minoria em defender suas opiniões. No entanto, a minoria, na sua razão, não deve se colocar na tarefa de denunciar o processo quando este não incorpora suas ideias, acusando-o de falho pelo resultado quando este lhe é adverso. Seria acreditar ou apostar numa democracia tutelada. Ou seja, apenas poucos teriam o discernimento para avaliar, com qualidade cada situação, e determinar o melhor caminho a ser seguido por todos. Tal paradoxo se funda na crença de que essa maioria só não os acompanhou na decisão por puro desconhecimento, por ausência, por desinteresse ou por não terem tido a oportunidade fecunda de tê-los ouvido. Essa visão acaba por conformar a decisão como a expressão de privilégio.

Nosso país constrói a democracia num difícil processo de conquista. Dentre inúmeros lutadores sinceros há aqueles que acreditam que o povo não tem as condições subjetivas para exercê-la na sua plenitude, portanto há que ter quem a traduza. São de fato, defensores da democracia orientada. Não lhes parece correto o uso de qualquer mecanismo de consulta que abranja a maioria e que leve a resultados que, na sua ótica, seria desfavorável à sua posição. Nega-se, por exemplo, o direito ao povo de decidir quando e como deve ser a constituição do país, as mudanças econômicas, os projetos de desenvolvimento, o próprio futuro. Ao mesmo tempo, neste enfrentamento, há aqueles que buscam definir as formas de resistência e luta tentando substituir a vontade da maioria pela sua própria vontade.

Independente de qualquer crença, a ADUFRGS-Sindical, nosso sindicato, passou a adotar, desde 2012, a consulta eletrônica como obrigatória quando se trata de decretar greve. Cabe destacar que esta decisão foi tomada em assembleia geral presencial. Por que os professores optaram por este caminho? Tão somente por entenderem que o mecanismo anterior não conseguia expressar a vontade da maioria. Aqui, a palavra maioria retorna com força. A definição da greve como recurso de luta deve ser utilizada com a devida parcimônia por se tratar da paralisação de serviço público – exatamente o serviço

que defendemos como imperativo: o caráter fundamental da democracia, ou seja, a universalização dos direitos. As votações promovidas pelo nosso sindicato permitem que os professores opinem sobre a oportunidade ou não da deflagração de greve. Nesse debate confrontaram-se argumentos diversos, prós e contras a opção de verificação de vontade da maioria. Dentre aqueles que não concordam com a consulta à maioria, há que se diferenciar e repudiar fortemente os oportunistas, os antidemocráticos, que se encastelam em falsas teorias e entidades fantasmas, tentando se aproveitar de descontentamentos para promover a divisão e o enfraquecimento da luta e das entidades representativas reais. Mentem descaradamente e acreditam que a mentira também é revolucionária.

Educação e democracia

Nunca é demais repetir: não chegaremos a construir uma nação verdadeiramente soberana e democrática se não soubermos tratar como investimento prioritário a educação pública. Infelizmente, não parece ser esta uma preocupação daqueles que estão elaborando todas essas reformas que estão nos impondo. Não vamos insistir em, novamente, enumerá-las. Já são mais do que óbvias as medidas às quais nos referimos. Como docentes de instituições públicas, temos clara percepção da falência da educação básica pública e, no que diz respeito ao ensino superior, identificamos fragilidades tanto na manutenção do que já foi erguido com tanto esforço quanto na consecução de expansões já iniciadas. Não se trata de teoria conspiratória, é real a tentativa de enxugamento da educação pública, alargando o espaço disponível ao mercantilismo. Toda nossa luta, nos debates, nas ruas, nas mais diversas manifestações, na formação de grupos de pressão, tem por motivação A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

O momento é de mudança

O atual momento que vivenciamos no cenário nacional exigirá persistência e disposição para ações transformadoras. Estamos presenciando um governo que se decompõe na sua própria fragilidade por conta da falta de reconhecimento público e de uma trajetória eivada de desmandos, desrespeito à vontade da maioria e pela corrupção. Tenta desesperadamente se manter e manter seus privilégios. Cada vez mais fragilizado, busca confundir a opinião pública, criando falsos conflitos entre poderes, falsas crises econômicas, falsos mecanismos salvadores. A saída da crise exige novas eleições imediatamente e uma nova constituição que reorganize o estado brasileiro recuperando a credibilidade da sociedade nas instituições.

ADUFRGS-Sindical, o seu sindicato

Lucia Pellanda e Jenifer Saffi

Nova gestão da UFCSPA prioriza transparência nas decisões e foco nas pessoas

Por Araldo Neto / Fotos: Leonardo Guterres



Vice-reitora Jenifer Saffi (esquerda) e reitora Lucia Pellanda (direita)

Em março de 2017, assume a nova reitoria da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), para um mandato de quatro anos. A chapa de oposição, encabeçada por Lucia de Campos Pellanda, e sua vice, Jenifer Saffi, venceu a consulta realizada em novembro e, agora, aguarda nomeação do Ministério da Educação. Com o compromisso de focar nas pessoas, a chapa “Unindo Caminhos” obteve vitória no pleito em todos os segmentos (professores, técnicos-administrativos e alunos). A consulta utilizou o sistema 70-15-

15, no qual os votos dos professores valem 70% do total e os de alunos e técnicos valem 15% cada um. A chapa vencedora recebeu 197 votos de professores, 119 votos dos técnicos-administrativos e 1.236 votos de alunos. Por sua vez, a chapa de situação, integrada pelos professores Luís Henrique Telles da Rosa e Newton Aerts, recebeu 112 votos de professores, 59 votos de técnicos-administrativos e 181 votos de alunos. Após a vitória, as professoras Lucia e Jenifer receberam a equipe da Revista Adverso para uma entrevista. Confira:

Adverso – A chapa vitoriosa, de oposição, obteve larga vantagem no pleito para escolha do novo reitor da UFCSPA. Ao que se deve esse expressivo resultado?

Jenifer Saffi – Nem nós esperávamos uma votação tão expressiva. A adesão dos professores, técnicos e dos alunos foi acontecendo à medida que conversávamos sobre as propostas.

Lucia Pellanda – Sempre tivemos muito respeito pelos adversários, por tudo que a Universidade já conquistou, mas, ao mesmo tempo, tínhamos uma proposta bem consistente de expansão dessas conquistas. Acredito que, em termos de infraestrutura física, a Universidade foi muito bem, mas agora é preciso focar nas pessoas. Em tempos de crise, precisamos ter soluções criativas, e a nossa maior riqueza são as pessoas. Acho que isso tocou fundo. A votação foi expressiva porque, durante 15 anos, temos

Lucia Pellanda:
"Em tempos de crise, precisamos ter soluções criativas, e a nossa maior riqueza são as pessoas".

feito essa escuta da comunidade. O resultado é que as pessoas se apropriaram das nossas propostas e a campanha, em si, acabou saindo do nosso controle. Vários grupos se formaram em torno dela, inclusive sem nossa participação.

Jenifer Saffi – Vieram depoimentos de vários lugares do Brasil e do exterior. Tivemos uma abrangência muito grande. Interna e externamente. Conseguimos mostrar para a comunidade nossa credibilidade.

Lucia Pellanda – Nossa proposta é que a reitoria seja mais que um cargo de gestão, que seja, também, um cargo de representatividade acadêmica. Uma das coisas que fizemos foi exemplificar como seria uma gestão colaborativa. Uma frase que é um lema para nós: com cooperação vamos muito mais longe do que com competição. Inúmeros estudos, tanto da área da gestão quanto da área da biologia, mostram isso. Nós somos uma espécie que sobreviveu com cooperação e não com competição. Fizemos isso durante a campanha. O nosso plano de gestão foi resultado da participação de muitas pessoas. Mais de 100, inicialmente, e outras que se agregaram durante o processo. Isso surpreendeu muito, porque foi uma inovação. Mostramos que é possível, concretamente, fazer uma gestão descentralizada e eficiente.

Adverso – A questão de transparência foi bastante debatida

durante a campanha. Quais ações vocês pretendem colocar em prática quando assumirem a reitoria?

Lucia Pellanda – Existe transparência nas exigências legais, como o portal da transparência, mas, para nós, este é um conceito bem mais amplo. Passa pela transparência das decisões. Por exemplo: as sessões do Consun (Conselho Universitário) poderão ser públicas, como acontece em outras universidades. Aqueles que votaram em seus representantes têm o direito de saber como eles estão se conduzindo em cada decisão. Consideramos que transparência é isso. Não somente o que foi feito, mas aquilo que vai se fazer.

Jenifer Saffi – Isso vale para todas as instâncias. Não somente para o núcleo principal da gestão, mas também na atuação dos departamentos, das coordenações de cursos e de setores administrativos. Sem transparência, fica complicado ter, efetivamente, a participação da comunidade. Sem transparência nas decisões e nos números, é difícil, inclusive, vestir a camiseta de docente, de aluno e de técnico. É nesse sentido que defendemos a bandeira da transparência.

Lucia Pellanda – A transparência está intimamente ligada à comunicação. Por isso, propomos várias ações concretas de comunicação. Não só nas reuniões formais das instâncias, mas também no sentido de integrar os departamentos e as pró-reitorias



Jenifer Saffi:

"Sem transparência, fica complicado ter, efetivamente, a participação da comunidade. Sem transparência nas decisões e nos números, é difícil, inclusive, vestir a camiseta de docente, de aluno e de técnico. É nesse sentido que defendemos a bandeira da transparência".

com a reitoria. Começamos, durante a campanha, os "Diálogos com Lucia e Jenifer", que deram oportunidades para que qualquer pessoa chegasse e desse a sua sugestão. Quem realmente entende os processos são aqueles que os vivenciam e algumas sugestões, que parecem pequenas, causam muito impacto dentro de um sistema complexo, lá na frente. Por isso, vamos manter os Diálogos durante toda a gestão, dentro deste princípio: quem entende de um processo é quem está atuando na sua linha de frente.

Adverso - Vocês irão assumir a reitoria da UFCSPA em um

período de crise econômica e com cortes significativos nas instituições federais de ensino. Diante deste cenário, quais serão as prioridades da nova gestão?

Lucia Pellanda – Não temos dúvida de que, em tempos de crise, as soluções mais criativas vêm das pessoas. Nós temos uma riqueza enorme, que não é material, mas sim a qualificação das pessoas que trabalham e estudam na UFCSPA. É incrível a quantidade de ideias que surgiram durante a campanha, e que poderão ser executadas, gerando mais economia, qualidade ou eficiência.

Jenifer Saffi – E desburocratizar os processos. Isso é uma necessidade que sentimos ao longo dos anos, e que vai gerar muita economia de papel e de tempo. Os próprios profissionais, que hoje estão envolvidos nestas tarefas, poderão desempenhar outras atividades, até mais importantes, a partir da descentralização e da informatização dos nossos processos.

Lucia Pellanda – Sabemos que teremos uma restrição orçamentária bem grande. Nós não vamos poder ter o mesmo nível de gasto com infraestrutura, por exemplo. A hora é de investirmos na otimização, na qualificação e na qualidade de vida no trabalho. Essas são as nossas prioridades.

Adverso - Cite exemplos de sugestões vindas destes diálogos informais com a comunidade acadêmica, que vocês pretendem absorver na gestão?

Lucia Pellanda – Um professor da informática sugeriu uma programação em um software, possível de ser feita rapidamente, que pode desburocratizar os processos dos docentes. Isso já libera alguns técnicos para a gestão de pessoas, por exemplo. Outras tiveram a ideia de criar programas de prevenção de doenças e promoção da saúde para quem trabalha e estuda na UFCSPA. Uma ótima ideia foi a unidade de saúde. Nós não tínhamos um lugar de atendimento para a comunidade universitária. Temos apenas o



Lucia Pellanda:

“Não temos dúvida de que, em tempos de crise, as soluções mais criativas vêm das pessoas. Nós temos uma riqueza enorme, que não é material, mas sim a qualificação das pessoas que trabalham e estudam na UFCSPA”.

serviço de emergência. Sempre almejamos um ambulatório de atendimento. Essa ideia foi evoluindo ao longo da campanha até chegar à proposta de uma unidade modelo de saúde, que possa ser um campo de estágio e desenvolver programas de prevenção, considerando a saúde integralmente, com todos os profissionais agregados. A seguir, veio a ideia de integrar o curso de gestão em saúde. Fazer uma disciplina sobre como gerir essa unidade. Inicialmente, não tínhamos proposto uma unidade de saúde completa, era um laboratório, mas a ideia foi evoluindo com a participação de vários

grupos diferentes.

Adverso - O orçamento de 2017 da Universidade sofrerá um corte ainda maior. Diante disso, quais serão as prioridades na questão de investimentos? Alguma área vai precisar passar por cortes?

Jenifer Saffi - Uma coisa bem concreta é a questão da otimização dos espaços físicos. Hoje, temos muitos espaços desocupados e, ao mesmo tempo, uma lista imensa de pedidos. Nós queremos equacionar este problema, criando uma comissão para avaliar os três prédios e o que pode ser feito para melhorar os espaços destinados ao labora-

tório, aos professores e às áreas de convivência, que também são uma grande demanda da comunidade. Por enquanto, só temos o DCE, que, mesmo assim, está mal localizado. É preciso abrir algumas portas que, hoje, estão fechadas, e discutir com a comunidade o melhor destino daquele local.

Adverso – Existe possibilidade de uma maior aproximação entre as empresas e a universidade? Como será esse processo e quais áreas poderão contar com esse tipo de parceria?

Jenifer Saffi – Esse é um caminho bem interessante, especialmente com empresas na área de inovação. Acho que a Universidade pode dar uma boa contrapartida, recebendo recursos que poderiam vir, inclusive, na forma de bolsas para os alunos, liberando, assim, nossos laboratórios de pesquisas. Uma possibilidade é nos aproximarmos do projeto de *cluster* na área da saúde*. A Universidade precisa ser mais ativa nesse processo, porque isso gera recursos financeiros e amplia nossa rede de colaboração. Podemos ter ganhos indiretos, de médio e longo prazo. Isso vai ser importante, inclusive, para o nosso protagonismo. Uma aproximação com a Santa Casa, que está muito receptiva com a nossa gestão, também poderá fortalecer a busca por mais recursos para a inovação em saúde.

Lucia Pellanda:
"Tem a valorização pessoal, mas tem também a valorização da carreira. A qualificação do docente é uma coisa importante para todos. Faz parte da evolução da universidade, que todos os professores progridam na carreira".

Adverso – Qual a posição da nova gestão com relação às ocupações que aconteceram, em mais de mil escolas e universidades em todo o Brasil?

Lucia Pellanda – Nós vemos os estudantes com uma força muito importante. Uma das missões da universidade é discutir e aprender cidadania, respeitando as diferentes opiniões dentro dos movimentos. Temos o compromisso com a pluralidade e com o debate de ideias e posições.

Adverso – Quais serão as prin-

cipais políticas que essa gestão pretende adotar em prol dos professores da UFCSPA?

Lucia Pellanda – Especificamente sobre os docentes, a principal questão é a valorização do professor. A valorização dos saberes plurais, a valorização da opinião dos professores sobre sua atuação em sala de aula, a valorização da trajetória de cada um e a simplificação e a desburocratização dos processos de progressão, por exemplo. Tem a valorização pessoal, mas tem também a valorização da carreira. A qualificação do docente é uma coisa importante para todos. Faz parte da evolução da universidade, que todos os professores progridam na carreira.

Jenifer Saffi – E também a busca por espaços adequados para que os professores exerçam suas atividades. Não apenas em sala de aula. Temos um grupo grande de novos professores que vem cheio de expectativa para a Universidade. Nosso desafio é atender essas expectativas, colocando-os num ambiente adequado de trabalho, com espaços de convivência, sala com computador, para que possam desenvolver os seus projetos. É neste sentido que pretendemos conduzir a gestão. Se o professor estiver feliz aqui, certamente, ele vai deixar os seus alunos mais motivados. É uma corrente de motivação que se forma. Esse é o nosso espírito. ■

(*) Parceria do Governo do Estado com a Medical Valley da Alemanha, que visa criar uma rede de colaboração internacional entre Brasil, Estados Unidos e China. No caso do Brasil, o estado escolhido foi o Rio Grande do Sul. Os países atuarão em estreita cooperação no fomento da indústria e da pesquisa em saúde.

Confira as propostas da nova gestão da UFCSPA voltada aos docentes:

Pessoas:

► Valorizar os saberes individuais, preferências e iniciativas em direcionar esforços para áreas específicas.

► Desenvolver a gestão estratégica de pessoas.

► Mapear e valorizar as competências, combatendo o desperdício de talentos.

► Humanizar as relações de trabalho.

Gestão:

► Aperfeiçoar o Programa de Desenvolvimento de Carreira.

► Valorizar e apoiar as iniciativas do corpo docente para o desenvolvimento de inovações no âmbito do ensino.

► Valorizar a participação de docentes nos processos administrativos.

► Gerenciar de forma transparente a distribuição de vagas e a realização de concursos.

► Informatizar os processos relacionados aos docentes como solicitações de afastamento, progressões, marcação de férias e outros.

► Estudar readequação dos espaços de trabalho docente.

Comunicação:

► Ampliar a discussão sobre formas mais humanas de trabalho e produção acadêmica, valorizando qualidade, colaboração social e inovação.

Saúde:

► Promover ações que busquem melhorar as condições do trabalho docente.

► Estudar a viabilidade de criação de unidade de saúde para atendimento integral de docentes e suas famílias.

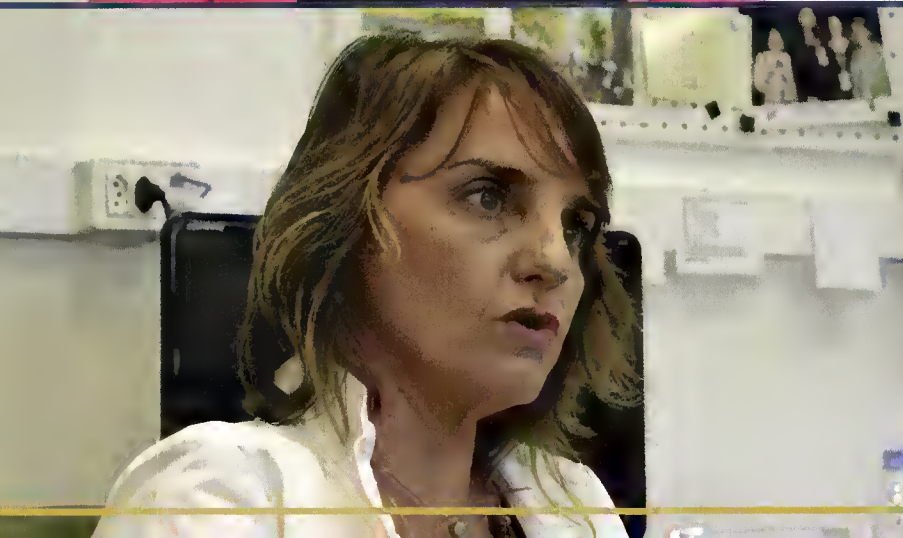
► Implementar efetiva política de saúde e segurança do trabalho.



Perfil

Lucia de Campos Pellanda

Médica Cardiologista pediátrica e doutora em Cardiologia, é professora da UFCSPA desde 2004, com atuação nas áreas de metodologia científica e epidemiologia.



Jenifer Saffi

Farmacêutica e doutora em Ciências Biológicas/Bioquímica. Ingressou na UFCSPA em 2009. É a atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Biociências da instituição.



COMO UM TSUNA



Por Araldo Neto / Colaboração: Maricélia Pinheiro

Desde que assumiu o governo, em abril de 2016, o governo Temer vem estabelecendo uma agenda implacável de medidas que atingem, em cheio, toda a classe trabalhadora. Em dezembro, a aprovação da PEC 55 congelou os gastos em todas as despesas públicas. Considerada prioridade por Temer, a “PEC do Fim do Mundo”, como também é chamada, provocará perdas irreparáveis para a educação e a saúde nos próximos 20 anos. De quebra, representará a implosão do Plano Nacional de Educação, que foi duramente conquistado pelos educadores do Brasil. Em 2017, entra em cena a PEC 287, que pretende reformar a previdência social no Brasil, considerada mais um duro golpe contra os trabalhadores, especialmente as mulheres trabalhadoras. Entre dezenas de outros projetos que atacam direitos históricos, estão a lei das terceirizações e a prevalência do acordado sobre o legislado. Diante deste cenário devastador, que fere de morte a Constituição Cidadã de 1988, os movimentos sociais, com a participação da ADUFRGS-Sindical e do PROIFES-Federação, continuarão protestando contra as medidas que comprometem o trabalho dos docentes e o futuro da educação.

PEC 55

O futuro do Brasil foi reprovado

Conforme previa a agenda do governo Temer, a PEC 55, que congela investimentos no País nos próximos 20 anos, foi aprovada no apagar das luzes de 2016, com voto favorável de 53 senadores, em segundo turno. A PEC ataca conquistas sociais históricas, e condena as próximas gerações a, pelo menos, duas décadas sem novos investimentos públicos em setores estratégicos. "É inaceitável que um texto que altere tão significativamente a vida de um País seja aprovado em tão pouco tempo, com tão pouca discussão, por um governo que não teve votos", afirmou o professor Eduardo Rolim, presidente do PROIFES-Federação.

A aplicação da PEC 55 significa que os percentuais mínimos de investimentos, assegurados na Constituição, para áreas essenciais, como educação e saúde, não serão cumpridos. "Com a aprovação da PEC, os 6,5% do PIB destinados para educação hoje, serão

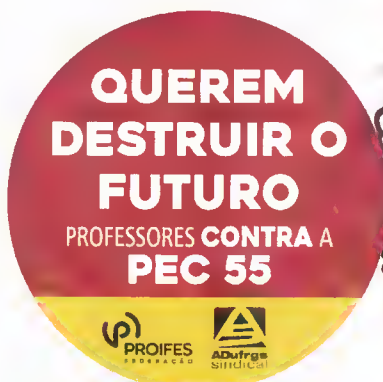
reduzidos para 4,5% em vinte anos, o que representa uma perda absurda e irreparável para as próximas gerações", detalha o diretor do PROIFES-Federação, Gil Vicente Figueiredo.

Para ONU, PEC 55 viola direitos humanos e prejudica os mais pobres

De acordo com o relator especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston, a PEC 55 é inteiramente incompatível com as obrigações de direitos humanos do Brasil. O efeito principal e inevitável da proposta será o prejuízo aos mais pobres, alertou o Relator. "Quando adotada, a emenda bloqueará os gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais", afirma.

Campanha da Adufrgs contra a PEC 55

A ADUFRGS-Sindical realizou uma ampla campanha estadual de divulgação em outdoors e, também, com inserções de rádio, alertando os docentes, e toda a sociedade, para os impactos da PEC 55.



Não faltou luta na tentativa de barrar a PEC 55

A ADUFRGS-Sindical, juntamente com o PROIFES-Federação, participou da Caravana Ocupa Brasília nos dias 29 de novembro e 13 de dezembro, datas da votação da PEC 55 no Senado, em primeiro e segundo turnos, respectivamente. Milhares de professores, estudantes, movimentos sociais e trabalhadores ocuparam a Esplanada dos Ministérios, exigindo a não aprovação da proposta. Representantes dos sindicatos federados do PROIFES, junto com estudantes e trabalhadores de diferentes estados brasileiros, participaram dos protestos contra a chamada "PEC do Fim do Mundo" e, também, contra os projetos de reforma do ensino médio brasileiro, terceirização irrestrita, reforma da previdência, Lei da Mordaza e outras medidas de retirada de direitos. Perto do Congresso Nacional, houve tumulto e confronto entre os manifestantes e a polícia.



Comunicação PROIFES

É O FIM DO MUNDO!

**20 ANOS SEM
INVESTIMENTOS
NA EDUCAÇÃO**

PROFESSORES CONTRA A PEC 55

**PROIFES**
FEDERAÇÃO

**ADUFRGS**
sindical

Professores paralisaram atividades por um dia

No dia 11 de novembro, os professores decidiram, por meio de consulta eletrônica, paralisar suas atividades por 24 horas, em protesto contra a PEC 55. Assim como a ADUFRGS, os demais sindicatos filiados ao PROIFES, em todo o País, aderiram à paralisação com ações diversas em suas bases. Em Porto Alegre, os docentes da UFRGS, da UFCSPA, do IFRS e do IFSul participaram de uma caminhada, que iniciou no Campus Centro da UFRGS e terminou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com uma Audiência Pública para debater os impactos da PEC 55 e da MP 746 nos Institutos Federais. No final da tarde, os professores engrossaram a manifestação conjunta dos movimentos sociais contrário à agenda de reformas dos governos Temer e Sartori. Após concentração na esquina democrática, os manifestantes realizaram caminhada pelas ruas do centro de Porto Alegre.



Fotos Araldo Neto



Câmara aprova MP da reforma do ensino médio

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu, em dezembro, a votação da Medida Provisória (MP) 746/2016, que reformula o Ensino Médio. A principal alteração no texto original, enviado pelo governo ao Congresso, foi a reinclusão, como disciplinas obrigatórias, de Artes e Educação Física (veja quadro).

REFORMA DO ENSINO MÉDIO (MP 476)

Confira os principais pontos aprovados pelo plenário da Câmara

Área de formação

- Já no início do curso, os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar: linguagens; ciência da natureza; ciências humanas e sociais aplicadas; matemática; e formação profissional e técnica.

O que mudou? Na MP, a escolha do aluno só se daria após a metade do ensino médio.

Disciplinas

- Serão obrigatórias: matemática, português, inglês, sociologia, filosofia, artes e educação física.

O que mudou? Na MP, Educação física, artes, sociologia e filosofia não eram obrigatórias.

Base Curricular

- A Base Nacional Comum Curricular deve representar 60% do currículo.
- O restante (além das disciplinas previstas em lei) será definido pelo Conselho Nacional de Educação.

O que mudou? Na MP, a BNCC representava 50% do currículo

Carga Horária

- Em cinco anos, a carga horária do Ensino Médio deve passar das atuais 800 horas anuais para pelo menos 1.000 horas (5 horas diárias).
- Deve ser progressiva para 1.400 horas (7 horas diárias).

O que mudou? A MP previa a ampliação progressiva da carga horária para 1400 horas, mas não fixava metas.

Apoio Federal

- A ajuda federal para que os estados implantem a escola em tempo integral ocorrerá por dez anos.

O que mudou? A MP previa ajuda do governo federal por apenas quatro anos.

Professores

- Professores com notório saber poderão lecionar no ensino técnico e profissional.
- Profissionais graduados que não têm curso de licenciatura poderão dar aulas no ensino médio, desde que façam a complementação pedagógica.
- Permite que a formação em licenciatura de professores se dê em faculdades isoladas, e não apenas em universidades e institutos superiores de educação, como prevê a lei atual.

O que mudou? A MP só previa professores "com notório saber" no ensino técnico e profissional.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

MP da reforma do Ensino Médio é inconstitucional

No fim de dezembro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal, afirmando que a reforma do Ensino Médio por meio de Medida Provisória é inconstitucional. Segundo ele, a MP não é um instrumento adequado para reformas em políticas públicas. "Há flagrante inobservância dos pressupostos de edição de medida provisória", como o caráter de urgência e o pressuposto de provisoriedade dos efeitos jurídicos. Além disso, o procurador-geral argumentou que o debate sobre reforma curricular é complexo e precisa de participação democrática, não podendo ser feito de forma sumária.



Paulo Mors, em Audiência Pública, na Assembleia Legislativa:

“Luta promete ser longa. Sejamos fortes!”

Professores da UFRGS, da UFCSPA, do IFRS e do IFSul participaram de uma Audiência Pública, na Assembleia Legislativa, no dia 11 de novembro, para debater os impactos da PEC 55 e da MP 746 nos Institutos Federais. O evento, que reuniu reitores, diretores, sindicalistas, estudantes e parlamentares, lotou o auditório Dante Barone. O presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors, que compôs a mesa de debatedores, defendeu a educação pública como um direito de todos os cidadãos. “Leio o cartaz à minha frente que diz: ‘Educação não é gasto, é investimento’. Que país é esse que precisa ficar repetindo essa obviedade? É o mesmo país que trouxe a Previdência Social para dentro do Ministério da Fazenda. Aquilo que deveria ser uma estrutura de apoio solidário é encarado, agora, apenas como um negócio”. Alertou: “A forma de privatizar a educação é muito cruel. É esse processo de redução da educação pública que abre caminho para a privatização. Nossa luta contra as reformas promete ser muito longa. Sejamos fortes!”, conclamou.

O presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Cien-

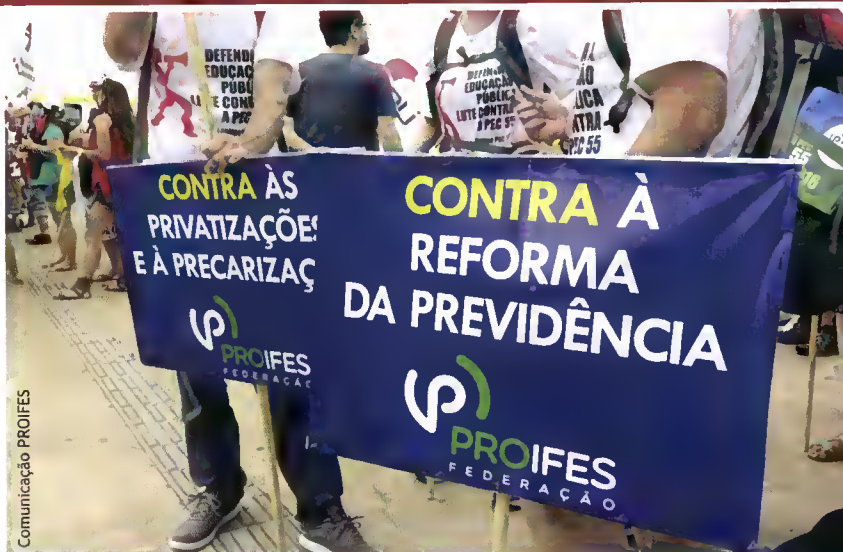
tífica e Tecnológica (Conif) e reitor do IFSul, Marcelo Bender, disse que os cortes nos investimentos, previstos na PEC 55, irão inviabilizar a concretização dos campi em estágio de implantação. Por sua vez, a reitora do Instituto Federal Farroupilha, Carla Comerlato Jardim, avalia que “a PEC vai impor à sociedade brasileira tempos de penúria e tristeza”. Falando em nome do IFRS, o reitor em exercício Amilton de Moura Figueiredo, advertiu que a PEC 55 trará um retrocesso “à situação precária vivida pelas universidades na década de 90” e defendeu a unificação dos movimentos de protesto, “para que não seja negado a esta juventude um futuro melhor”.

“Não é crise, é projeto”

A audiência também deu destaque aos movimentos estudantis, que realizaram ocupação em diversas escolas do Estado. Manuela Ribeiro, 15 anos, aluna do IFSul Campus Pelotas, foi incisiva: “Essa PEC afeta as crianças, os jovens, as futuras gerações, que terão de contar com um serviço público ainda mais precário. O nome disso é sucateamento da educação pública. A crise educacional no Brasil não é uma crise, é um projeto”, disse a jovem.

Reforma da Previdência prejudica a todos, em especial aos mais pobres

Depois da aprovação da PEC 55, no Senado, o próximo alvo do governo Temer passa a ser a previdência social. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 foi encaminhada ao Congresso no final do ano. O principal argumento do governo, em defesa das mudanças, é que a “necessidade de equilibrar a balança”, já que a previdência seria deficitária. Em nota divulgada recentemente, o PROIFES-Federação considera a reforma “inaceitável”, principalmente porque atinge quem já está trabalhando. “Não se pode mudar as regras depois que o jogo começou. Isso é profundamente injusto e absurdo”, diz o documento. Em artigo intitulado “O lado obscuro da Reforma da Previdência de Temer”, o advogado da ADUFRGS-Sindical, Francis Bordas, aponta que as aposentadorias privadas serão as maiores beneficiárias destas mudanças. “Os bancos irão faturar à custa de um novo sistema, que,



propositadamente, inviabiliza uma aposentadoria minimamente digna em tempo razoável.” Para Francis, se houvesse alguma lealdade e honestidade por parte do governo, “a proposta seria precedida de um debate amplo na sociedade”.

Confira os principais pontos da reforma da previdência sugerida pelo governo:

1 - Quem será afetado pelas novas regras

Todos os trabalhadores ativos entrarão no novo sistema. Aqueles que têm menos de 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres) deverão obedecer às novas regras integralmente. Já quem tem 50 anos ou mais será enquadrado com uma regra de transição (ver item 3). Aposentados e aqueles que completarem os requisitos para pedir o benefício até a aprovação da reforma não serão afetados, porque já têm o direito adquirido.

2 - Idade mínima

O governo pretende fixar idade mínima de 65 anos para requerer aposentadoria e elevar o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos. Atualmente, não há uma idade mínima para o trabalhador se aposentar. Pelas regras em vigor, é possível pedir a aposentadoria com 30 anos de contribuição, no caso das mulheres, e 35 anos no caso dos homens. Para receber o benefício integral, é preciso cumprir a fórmula 85 (mulheres) e 95 (homens), que é a soma da idade com o tempo de contribuição. Os chamados

segurados especiais, categoria na qual se incluem os agricultores familiares, perderiam o direito de aposentar com idade reduzida, passando a seguir a mesma regra dos segurados urbanos (65 anos). Também os professores, que antes poderiam se aposentar com tempo reduzido ao contabilizar o tempo em sala de aula, seguirão as mesmas regras estabelecidas para os demais trabalhadores. A única exceção seria para os trabalhadores com deficiência, que mantêm o direito à aposentadoria especial, mas a diferença com relação aos demais não poderá ser maior do que 10 anos, no requisito de idade, e cinco anos, no de tempo de contribuição.

3 - Regras de transição

Haverá uma regra de transição para quem está perto da aposentadoria. Homens com 50 anos de idade ou mais e mulheres com 45 anos de idade ou mais deverão cumprir um período adicional de contribuição, uma espécie de "pedágio", equivalente a 50% do que faltaria para atingir o tempo de contribuição exigido (a regra só se aplicaria ao tempo de aposentadoria, já para o cálculo do benefício valerá a nova regra proposta). Por exemplo, se para um trabalhador faltava um ano para a aposentadoria, passará a faltar

um ano e meio ($12 \text{ meses} + 50\% = 18 \text{ meses}$). Este pedágio também vale para professores e segurados especiais (trabalhadores rurais) que tiverem 50 anos de idade ou mais, se homens, e 45 anos de idade ou mais, se mulheres.

4 - Tempo de contribuição e valor da aposentadoria

Pelas regras propostas, o trabalhador precisa atingir a idade mínima de 65 anos e, pelo menos, 25 anos de contribuição para poder se aposentar. Neste caso, ele receberá 76% do valor da aposentadoria, que corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição. Por exemplo: o trabalhador com 65 anos de idade e 25 anos de contribuição terá a aposentadoria igual a 76% ($51 + 25$) do seu salário médio de contribuição. Desta forma, para receber a aposentadoria integral (100% do valor), este trabalhador precisaria contribuir por 49 anos. Trabalhadores rurais também deverão contribuir com uma alíquota que, provavelmente, será atrelada ao salário mínimo. Para que essa cobrança seja feita, será necessária a aprovação de um projeto de lei.



5 - Servidores públicos

Os servidores públicos fazem parte de um sistema diferenciado chamado Regime de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). No entanto, com a PEC, eles passarão a responder a regras iguais às dos trabalhadores do Regime Geral (RGPS): idade mínima para aposentadoria, tempo mínimo de contribuição, regra para cálculo de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, além das hipóteses de aposentadorias especiais. Com a reforma, passa a existir uma única modalidade de aposentadoria voluntária, que exigirá os requisitos de 65 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, tanto para o homem como para a mulher. Assim como no RGPS, a transição para os atuais segurados será aplicada aos servidores com idade igual ou superior a 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres). As aposentadorias voluntárias dos servidores que seguirem a regra de transição, e tenham ingressado no cargo até 31/12/2003, serão concedidas com integralidade e paridade.

6 - Pensão por morte

Com a PEC, o valor das pensões por morte passa a ser baseado em sistema de cotas, com previsão de valor inicial diferenciado conforme o número de dependentes do trabalhador. O INSS pagará 100% do benefício apenas aos pensionistas que tiverem cinco dependentes. Além disso, o valor do benefício fica desvinculado ao salário mínimo. A duração da pensão por morte será mantida. Segundo o Ministério da Previdência, o benefício será equivalente a 50% do valor da aposentadoria que o segurado teria direito, acrescida de 10% para cada dependente. Por exemplo: se o trabalhador aposentado deixar esposa e um filho como dependentes ao falecer, esses dois dependentes receberão, juntos, o total de 70% do que o beneficiário recebia de aposentadoria (50% somados a duas cotas individuais de 10%). As regras também valem para servidores públicos e, neste caso, acaba a pensão por morte vitalícia para todos os dependentes. O tempo de duração do benefício para o cônjuge passa a ser variável, conforme sua idade na data de óbito do servidor: será vitalícia apenas se o viúvo tiver 44 anos ou mais.



Os trâmites no Congresso

No fim de 2016, a PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Agora, ela será avaliada por uma comissão especial, que elabora um parecer e o envia para votação em plenário. Por ser uma emenda constitucional precisa ser aprovada, em dois turnos, por três quintos dos deputados. No Senado, também precisa passar pela CCJ e obter voto favorável de três quintos dos senadores, em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada e passa a valer como lei. Caso o texto seja alterado, deve retornar à Câmara para a análise das alterações feitas pelos senadores.

Fonte: ADUFG (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás)

GATO POR LEBRE

Economista da Unicamp diz que governo federal usa a crise para justificar redução do papel do Estado.

Por Araldo Neto



O ano de 2016 chega ao fim com um presente de grego para o Natal dos brasileiros. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que congela os gastos públicos primários por 20 anos, foi aprovada no Senado e sancionada pelo presidente Michel Temer. Na justificativa, o governo federal defende o ajuste fiscal como única saída para a superação da crise. Porém, há estudos que desconstróem essa tese, como o documento “Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil”, lançado em novembro, na capital gaúcha.

Um dos autores da publicação, o economista e professor da Unicamp, Pedro Rossi, considera que, intencionalmente, “o governo está vendendo gato por lebre”, pois o verdadeiro objetivo da PEC 55 é promover uma mudança estrutural no Estado brasileiro, incompatível com a Constituição de 1988. “É um projeto de estado mínimo que está sendo proposto de maneira irresponsável, dada a profundidade com que essas mudanças podem atingir o Brasil”, afirma. Pedro Rossi alerta que a PEC 55 tem um caráter ideológico, na medida em que reduz a responsabilidade do Estado em áreas essenciais, como saúde e educação, ampliando a presença da iniciativa privada nestes setores.

Se o governo quisesse apenas resolver um

POLÍTICAS DE AUSTERIDADE: UM CÍRCULO VICIOSO

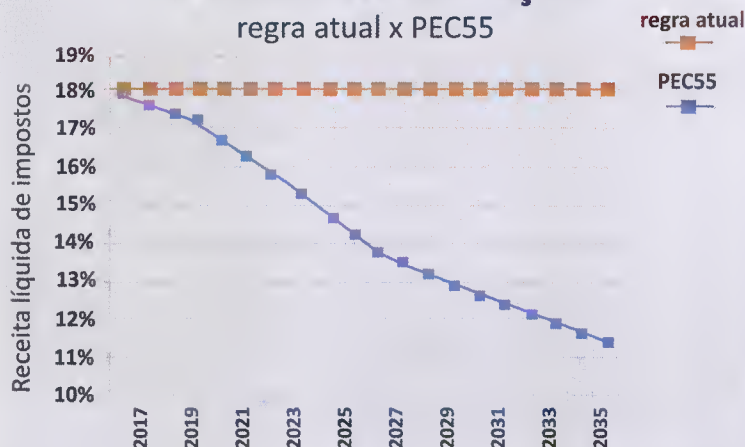


problema pontual da economia, argumenta Rossi, “não seria necessária uma Proposta de Emenda Constitucional. Bastaria um Projeto de Lei com alguns ajustes fiscais”. A necessidade da PEC se deve, única e exclusivamente, ao objetivo de desvincular da Constituição os percentuais de investimento em saúde e educação. Dessa forma, “mesmo que o Brasil volte a crescer, os recursos destinados a estas duas áreas ficarão estagnados ao longo dos 20 anos de vigência



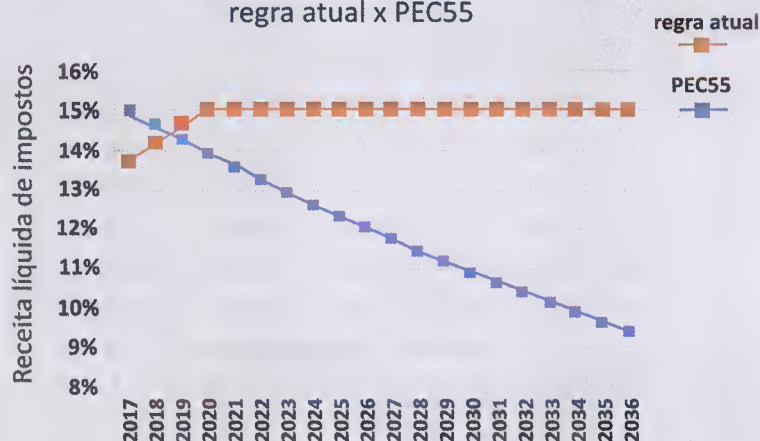
GASTOS COM EDUCAÇÃO

regra atual x PEC55

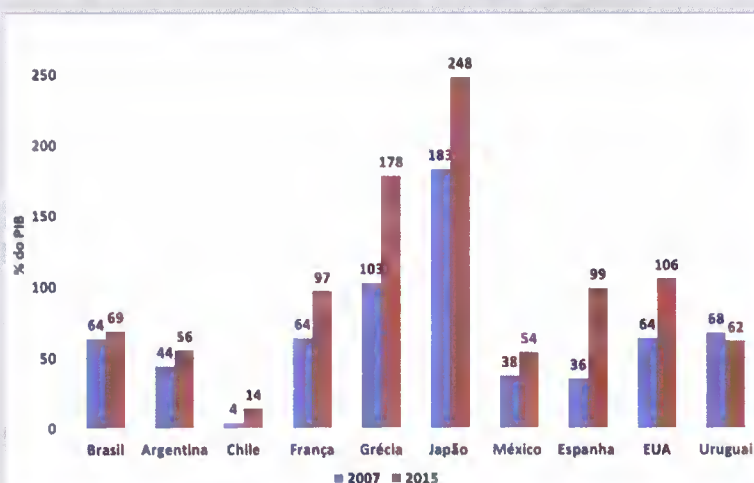


GASTOS COM SAÚDE

regra atual x PEC55



DÍVIDA BRUTA DE PAÍSES SELECIONADOS



da PEC", afirma.

No Senado, a bancada de oposição chegou a propor a exclusão da saúde e da educação do texto original, mas não obteve êxito. Mesmo destino dado à proposta de convocação de um plebiscito sobre o tema, apresentada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR).

"Para o remédio funcionar, primeiro é preciso acertar o diagnóstico".

Além de questionar a forma como a PEC foi elaborada, Pedro Rossi critica o seu conteúdo, por considerar que "parte de um diagnóstico equivocada", ou seja, de que o gasto primário é a principal causa do aumento da dívida pública brasileira. Lembrando que, na última década, o Brasil só teve déficit primário nos últimos dois anos, o economista questiona: "Como se explica, então, o aumento da dívida pública?". Segundo ele, "a dívida cresceu por conta da acumulação de ativos públicos, principalmente reservas cambiais, da enorme queda da arrecadação nos anos recentes, decorrente da crise e das desonerações fiscais, e do aumento dos gastos com juros, que, em 2015, somaram mais de R\$ 500 bilhões, cerca de 8% do PIB".

A defesa da PEC se apoia no argumento de que o ajuste fiscal traz crescimento econômico e redução dos juros. Um raciocínio que não é consenso entre os economistas: "as experiências com austeridade pelo mundo mostram o contrário", adverte Pedro Rossi. "Cortes de gastos públicos em momentos de crise econômica são contraproducentes e tendem a fragilizar a economia e piorar a situação fiscal". De acordo com ele, "a contração dos gastos provoca um aumento da dívida e da recessão, e um

resultado oposto daquilo que se propõe a resolver". Com base em exemplos históricos, Rossi explica que a austeridade fiscal funciona apenas em países muito pequenos, que podem ser impulsionados por exportações. "A redução do tamanho do Estado, do salário dos trabalhadores, pode dar competitividade para exportar. Porém, no cenário atual, não existe demanda externa no Brasil. O País é muito grande, com demanda doméstica muito grande".

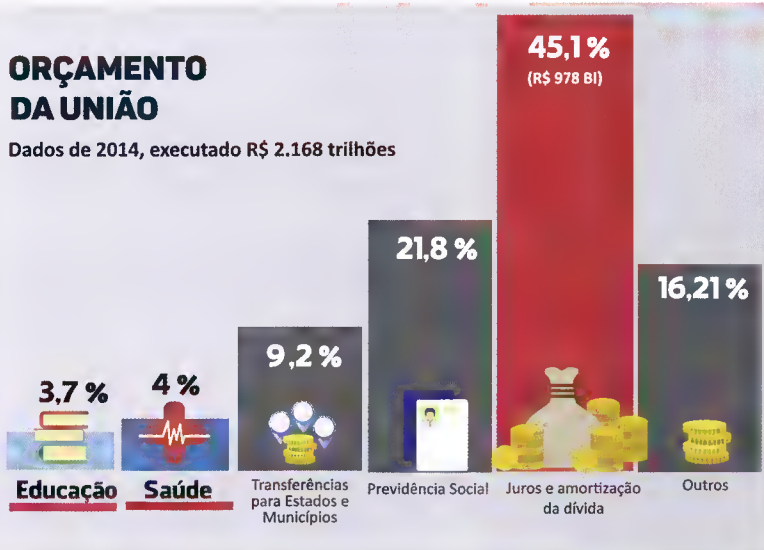
Diante desta constatação, Pedro Rossi defende que o Estado deve aumentar os gastos em tempo de crise, e não recuar, porque tudo que é investido retorna em forma de impostos. "Esta é a diferença entre o governo e a dona de casa, que precisa conter os gastos quando a receita diminui". Na opinião do economista, este exemplo é uma falácia, que criou, no Brasil, um círculo vicioso: "O corte de gastos gera uma queda no crescimento e na arrecadação, e retorna na forma de mais déficit." Por isso, explica, "o que o Estado precisa é atuar de um jeito contrário ao da dona de casa".

Os próximos 20 anos com a PEC em vigor

O ano de 2017 servirá de referência para os próximos 20 anos, com possibilidade de mudança em 10 anos, exclusivamente por iniciativa do Executivo. A partir de 2018, o orçamento será corrigido pelo percentual da inflação acumulada nos 12 meses anteriores. "Isso é muito diferente de vinculação à receita", diz o professor da Unicamp. "O piso da PEC é falso", afirma. "Os economistas estão manipulando os números. O aumento do teto para essas áreas é apenas nominal, porque a inflação vai crescer. A prioridade que é dada à saúde e à educação não depende do valor nominal, mas sim do que é gasto com relação ao PIB, à

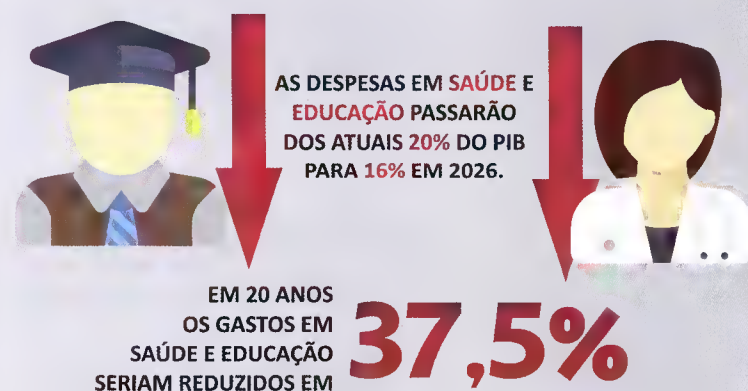
ORÇAMENTO DA UNIÃO

Dados de 2014, executado R\$ 2.168 trilhões



OS IMPACTOS DA PEC 55 EM NÚMEROS

Estimando um crescimento médio de 2,37% ao ano do PIB



Araldo Neto



Pedro Rossi

SE A PEC55 ESTIVESSE VALENDO DESDE 2003...



A Assistência Social
teria perdido até 2015

R\$437,58
bilhões,
uma redução de
68,5%
nos recursos aplicados



A Cultura e a Educação
teriam perdido até 2015

R\$453,94
bilhões,
uma redução de
39,8%
nos recursos aplicados



A Saúde
teria perdido até 2015

R\$253,42
bilhões,
uma redução de
26,5%
nos recursos aplicados



A Previdência
teria perdido até 2015

R\$1,7 trilhão
uma redução de
32,6%
nos recursos aplicados



DIFERENÇA PARA OS SERVIDORES

Investimento da União
com servidores (2015)

R\$ 235,5
bilhões

Recurso que seria aplicado
caso o investimento da União
de 2004 (R\$ 89 bilhões)
fosse reajustado pelo IPCA,
nos últimos 12 anos,
como propõe a PEC 55

R\$ 162,9
bilhões



renda, às pessoas que existem no País. O que essa PEC faz é congelar valores, enquanto a renda e a população crescem. Portanto, é um piso falso, que vai deslizando ao longo do tempo", afirma.

O documento "Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil" apresenta uma projeção dos gastos públicos do governo federal sob a vigência da PEC 55. Segundo estes estudos, o montante despencaria de 20% do PIB, em 2015, para 12%, em 2036. Nesse mesmo período, as despesas previdenciárias irão subir de 7,4% para 9,1% do PIB, em um cenário que já considera a reforma da previdência. "Isso significa que os demais gastos serão espremidos." Os recursos destinados à saúde e à educação, ao invés de congelados, cairão de 4% do PIB, em 2015, para 2,7%, daqui a 20 anos, quando a população brasileira será 10% maior. Enquanto isso, os outros gastos (excluindo previdência e juros), que eram de 7% do PIB, em 2015, serão reduzidos para 0,6%, em 2036. "A PEC 55, além de socialmente injusta e tecnicamente equivocada, é inviável sem a conflagração de graves conflitos dentro e fora do orçamento público", conclui Rossi. ■



Direitos históricos estão ameaçados a partir de 2017

A terceirização integral nas empresas e a prevalência do negociado sobre o legislado irão desregulamentar os direitos trabalhistas e precarizar totalmente a relação de emprego como conhecemos hoje. Essas medidas estão em votação no Congresso e podem ser aprovadas em 2017.

Por Araldo Neto



Já imaginou a universidade pública com professores e técnicos administrativos terceirizados? Professores contratados por diversas empresas, para trabalhar na mesma instituição de ensino? Esse cenário confuso pode se tornar realidade com a aprovação do PLC 30 (antigo PL 4330), que, entre outras medidas, amplia as terceirizações para as atividades-fim das empresas. A proposta atinge de cheio tanto o setor privado quanto o setor público, e traz em seu cerne o mais duro ataque a direitos trabalhistas históricos, como os previstos na CLT, desde sua criação, há mais de 80 anos. A votação da matéria ficou para 2017 no Senado.

Se aprovada a lei das terceirizações, as universidades poderão dispensar os concursos públicos para contratar. Nesta condição, o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, alerta que docentes e outros servidores poderão ser contratados por empresas “frágeis e sem patrimônio, como é comum acontecer em áreas que já são terceirizadas”.

Atualmente, uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê que as empresas só podem subcontratar serviços terceirizados para atividades-meio, mas não para atividades-fim. Ou seja, uma universidade pode terceirizar serviços de limpeza e segurança, mas não as funções docentes, como dar aula. Pelo projeto já aprovado na Câmara, e que ainda depende do aval do Senado, essa limitação não existirá mais. Relator do PLC 30, o senador gaúcho Paulo Paim, apresentou, em dezembro, um substitutivo ao projeto, que foi elaborado a partir de 30



Claudir Nespolo: “Hoje, as pessoas acham que férias de 30 dias, por exemplo, é um direito líquido e certo. Com a mudança na lei, nada será líquido e certo”.

audiências públicas com representantes dos trabalhadores de todo o Brasil e com centrais sindicais. Além de não permitir a terceirização da atividade-fim, o substitutivo do PLC 30 garante a responsabilidade solidária (quando a empresa contratante se responsabiliza por possíveis danos trabalhistas causados ao trabalhador terceirizado), a representação sindical aos trabalhadores terceirizados, a proibição da quarteirização e pejetização (proibição da contratação de pessoa física como se fosse jurídica), o estabelecimento do instrumento jurídico que trazer mais benefício ao trabalhador, a igualdade das condições de trabalho entre terceirizados e contratados diretos, e mecanismos de fiscalização das empresas que terceirizam.

Linha do Tempo

1974

Lei do trabalho temporário

Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, instituiu o trabalho temporário nas empresas urbanas. Decretada no Senado e sancionada pelo general Emílio Garrastazu Médici.

1983

Lei do vigilante

Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispôs sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelecendo normas para constituição e funcionamento das empresas particulares (terceirizadas), para explorar serviços de vigilância e de transporte de valores. Decretada no Senado e sancionada pelo general João Baptista Figueiredo.

1993

Súmula 331 do TST

Súmula vinculante é uma jurisprudência, que, quando votada e aprovada por, pelo menos, 2/3 do plenário do Supremo Tribunal Federal, torna-se entendimento obrigatório, que deve ser seguido por todos os outros tribunais e juízes, bem como a administração pública, direta e indireta. A Súmula 331 decidiu pela legalidade da terceirização das atividades-meio das empresas.

1994

Lei das cooperativas

A lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994, acrescentou parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Assinada pelo presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo da Presidência da República, Inocêncio Oliveira.

Segundo Nespolo, a possibilidade de contratar terceirizados também na área-fim das empresas “faz parte da agenda neoliberal instalada no Brasil a partir do impeachment de Dilma Rousseff. Outro pilar é a flexibilização da legislação trabalhista. Isso impacta na terceirização, que é uma das pautas prioritárias vindas do golpe”, afirma.

Outro ponto que está previsto na agenda pós-impeachment, com o aval dos empresários, é tornar lei o princípio que sobrepõe o negociado ao legislado. É o que preveem os projetos de lei (PL) 4193/2012 e 4962/2016, que tramitam no Congresso. Caso esses projetos sejam aprovados, acordos coletivos feitos entre sindicatos e empresas, públicas ou privadas, terão prevalência com relação ao que, até hoje, estava garantido na lei. Na prática, pode representar a redução de direitos históricos. “Atualmente, não é proibido negociar o que está previsto na lei, mas apenas com o objetivo de ampliar direitos. É muito comum os acordos e convenções coletivas preverem cláusulas que asseguram novos direitos ou ampliam os que já existem. Com a prevalência do negociado sobre o legislado, essa garantia deixa de existir, pois direitos também poderão ser suprimidos”, alerta o sindicalista.

Nespolo lembra que em períodos de crise e desemprego, como o que estamos enfrentando hoje, o sindicato tem menor poder de pressão e, como consequência, vai para as negociações com menor poder de barganha. “Hoje, as pessoas acham que férias de 30 dias, por exemplo, é um direito líquido e

certo. Com a mudança na lei, nada será líquido e certo”, adverte. Isso significa que, dependendo da conjuntura, os trabalhadores poderão ser “forçados” pelos patrões a renunciar a direitos que já haviam sido conquistados, como férias, jornada de trabalho, anuênio, entre outros. Como resultado, ano após ano, o trabalhador terá menos direitos. Na prática, a predominância do negociado sobre o legislado será um retrocesso de 80 anos na história da classe trabalhadora, pois vai abrir caminho para a extinção de todos os direitos trabalhistas num só golpe. “Tudo que, agora, está garantido na lei será relativizado. Isso vale para o ambiente público e privado”, informa.

Será o fim da relação de emprego que existe hoje, alerta juiz do trabalho

Desregulamentar e precarizar as relações de trabalho são os objetivos por trás de projetos como os que tratam das terceirizações e da prevalência dos acordos coletivos sobre a legislação trabalhista. Quem faz o alerta é o Juiz do Trabalho da 4ª Região, Átila Roesler. “É preciso resistir, para evitar a desconstrução do Estado Democrático de Direito”, afirma. De acordo com o magistrado, entre os principais alvos dessa desconstrução estão o direito do trabalho, o direito social e o direito previdenciário. A área social, afirma, “está sob o ataque nesse momento”. Roesler foi um dos palestrantes no Ciclo de debates negociado sobre o legislado: ato de resistência contra o desmanche do Direito do Trabalho, realizado no dia 18 de novembro, na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs).

1998

Lei do contrato provisório

Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, instituiu o contrato de trabalho por tempo determinado. Decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Banco de horas

A mesma lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, em seu artigo 6º, criou o Banco de Horas, que autoriza as empresas a compensar o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição da jornada em outro(s) dia(s).

2003

Lei de falências

PLC nº 71, de 2003, estabeleceu limite para recuperação judicial de créditos trabalhistas em falências e determinou a precedência do pagamento das ACCs (Antecipações de Contrato de Câmbio) com relação aos direitos dos trabalhadores.

Lei do primeiro emprego

Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2015

Lei da proteção ao emprego

Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, criou o Programa de Proteção ao Emprego, que previu a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário, sendo 15% da redução dos salários assumidos pelo governo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Além das medidas oriundas do Poder Executivo e de recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a Legislação Trabalhista tem sido frequentemente atacada por setores da grande mídia, que, na avaliação do juiz, buscam influenciar a opinião pública “com críticas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem nenhuma base científica”. Roesler refuta a alegação de que a CLT é ultrapassada, lembrando que apenas 14% do seu conteúdo são originais da década de 40. Todo o restante foi sendo reformado ao longo dos anos. Como exemplo, ele cita a lei do trabalho temporário, de 1974, e a lei do vigilante, de 1983, que abriram as portas para a terceirização, posteriormente (1993) ampliada pela súmula 331 do TST. No ano seguinte, a lei das cooperativas de trabalho contribuiu para a desconstrução do vínculo de emprego e, em 1998, a criação do banco de horas e da lei de contrato provisório “dizimou os direitos dos trabalhadores”. A lei da recuperação judicial, a lei do primeiro emprego, ambas de 2003, e a lei de proteção ao emprego, de 2015, foram medidas que, de acordo com Roesler, tornaram as relações de trabalho mais precárias. “Como é que, diante desses dados e destas alterações, a CLT é velha?”, pergunta o magistrado. Uma campanha do MBL (Movimento



Juiz do trabalho da 4ª Região, Átila Roesler

Brasil Livre) nas redes sociais é citada por ele como exemplo do raciocínio que busca seduzir a classe trabalhadora com argumentos deliberadamente enganosos. “Eles dizem que a CLT toma 46% do salário do trabalhador com INSS, FGTS e 13º salário, e sugerem que, sem estes encargos, o empregador pagaria salários 46% maiores, sem mencionar a retirada de direitos, como a aposentadoria e a proteção em caso de desemprego”, esclarece. ■

Empregados: o sujeito oculto das terceirizações

Roesler critica iniciativas que, em nome da segurança jurídica e da flexibilização das leis, contrariam os interesses dos trabalhadores, pois considera que a culpa não é da legislação, mas sim das constantes mudanças e das desregulamentações que estão ocorrendo. Na opinião dele, a flexibilização só é uma alternativa se visar à melhoria de direitos, observando-se a condição mais benéfica prevista na Constituição Federal, ou atuando nos espaços nos quais a Constituição autoriza a flexibilização. O magistrado também defende que a segurança jurídica se garante com a observância do que está na Constituição e na CLT e que o que gera insegurança jurídica e mais demandas trabalhistas são a desregulamentação e o descumprimento da Legislação. A figura do empregador como “sujeito oculto”, por exemplo, é cada vez mais comum em empresas terceirizadas.

“Toda a semana chegam demandas à Justiça do Trabalho com até 10 reclamadas em um único processo, todas alegando que não têm nada a ver com isso, que não conhecem o trabalhador”. Caso o PLC 30 (das terceirizações) seja aprovado, situações como esta, em que o empregado não consegue identificar o seu empregador e, portanto, não sabe de quem cobrar os seus direitos, serão cada vez mais frequentes. ■

IFSul Campus Sapucaia reforça papel da escola pública no desenvolvimento humano

Texto e fotos: Araldo Neto





Diretor-geral Mack Léo Pedroso e professora Maria Helena Polgati Moreira

“Educação para a vida. Profissionais para o mundo”. Esse é o lema estampado na fachada do prédio do IFsul Campus Sapucaia. Com 20 anos de história, a instituição se tornou referência, principalmente, na área metalmecânica e de plásticos, sendo responsável pela formação de milhares de profissionais. A trajetória de sucesso da Instituição, no entanto, está seriamente ameaçada pelos sucessivos cortes no orçamento, que já comprometem a qualidade dos serviços oferecidos.

O Campus foi o primeiro do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFsul) estabelecido fora da cidade de Pelotas, onde está sediada a reitoria. Suas atividades começaram em fevereiro de 1996, como Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) da, então, Escola Técnica Federal de Pelotas. Hoje, o IF oferece educação básica, profissional e superior, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão. O diretor do Campus, Mack Léo Pedroso, dá ênfase a um aspecto que considera essencial no trabalho da instituição: a formação humana dos alunos. “Essa é a importância de uma escola pública, gratuita e bem estruturada como a nossa. A escola faz um excelente trabalho graças aos profissionais que tem aqui e também graças ao esforço dos alunos. E tudo isso sem descuidar da questão técnica”, afirma.

Em termos de estrutura, o Campus Sapucaia cresceu bastante desde sua fundação, há duas décadas. A professora Maria Helena Polgati Moreira confirma os avanços dos últimos 12 anos, período em que leciona na cidade. “Quando entrei no Instituto, nós tínhamos uma sala com um monte de mesas e poucos computadores. Era preciso marcar horário para usar. A escola era restrita. Depois disso, ela foi

evoluindo com novos espaços para professores e laboratórios. Houve grandes melhorias”, revela. Hoje, porém, o futuro é incerto. Assim como outras instituições públicas de ensino, o IFsul Campus Sapucaia sofre com o contingenciamento de verbas do seu orçamento.

Com os investimentos zerados pelo segundo ano consecutivo, o funcionamento do Instituto começa a ser afetado. “Hoje, precisaríamos comprar máquinas e construir salas, mas faz dois anos que não temos nenhuma destinação orçamentária para investimento”, lamenta o diretor. Por outro lado, no custeio houve redução de recursos. Reduzir pela metade a equipe de vigilantes e de limpeza, só ligar o ar condicionado a partir de dezembro, foram algumas medidas de contenção de gastos já adotadas pela administração. “Os cortes acabam impactando na qualidade dos serviços oferecidos”, admite Pedroso. Para 2017, o orçamento ficará na casa de R\$ 2,4 milhões, que é aproximadamente 40% abaixo do necessário para o campus ser mantido. O diretor revela preocupação com o futuro dos institutos federais, principalmente dos campi novos e em instalação. Com relação às instituições já consolidadas, como é o caso do IFsul Sapucaia, ele adverte que é necessário ficar atento para não perder aquilo que já foi conquistado. “Tomara que a gente consiga reverter ou, pelo menos, minimizar alguns impactos que estamos sentindo. Em curto prazo, as previsões não são boas”, projeta.

Campus viveu situação inédita com ocupações

Além do contingenciamento de verbas, a direção do Campus teve que enfrentar outra situação inédita em 2016, que foi ocupado por estudantes por cerca



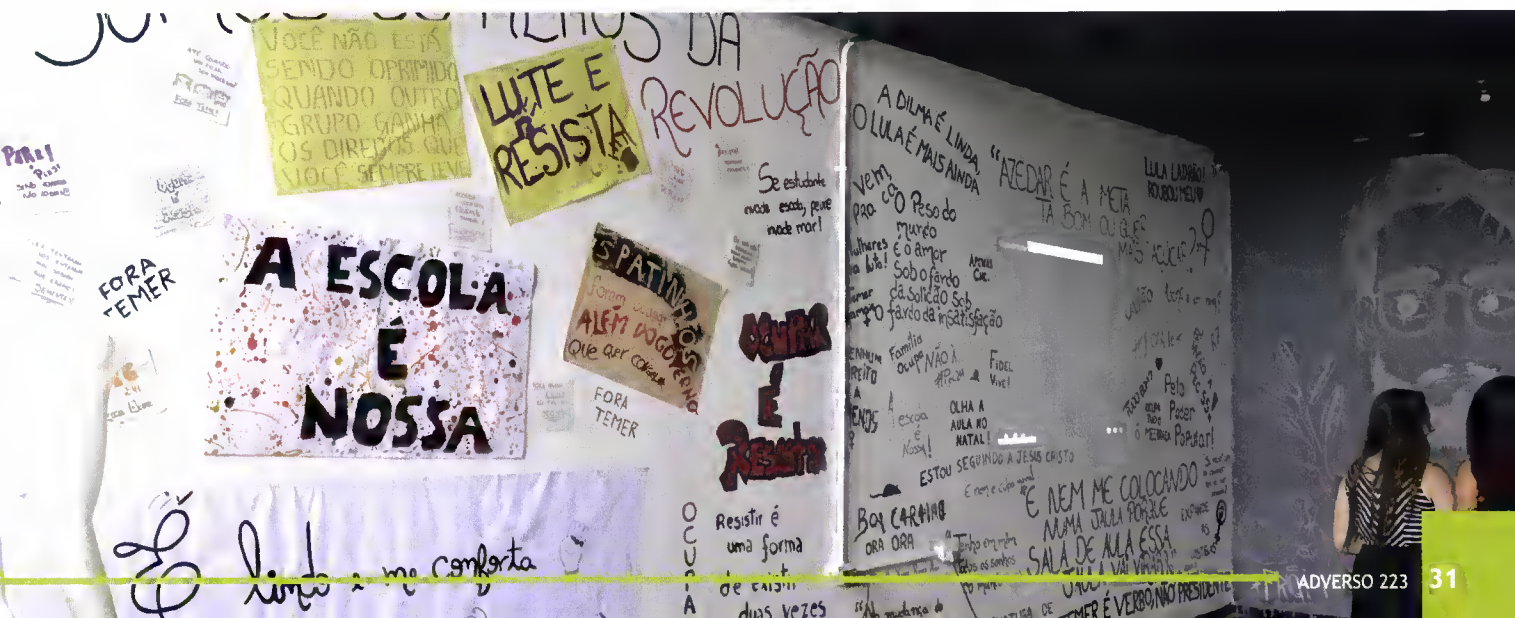
Galeria lembra ocupação dos alunos realizada em 2016

de um mês. O movimento, que aconteceu em todo o País em protesto contra medidas impostas pelo governo Temer, como a PEC 55 e a MP 476, exigiu diálogo, paciência e tolerância por parte da direção do Instituto. “Nós seguimos exatamente o que a defensoria pública da União recomendou: não dar nomes, não buscar nomes para punir, não entrar com uso de força ou qualquer medida que pudesse representar uso de força, e dialogar. Nós conseguimos fazer isso!”, afirma Mack. Após o fim do protesto, os alunos reuniram em uma espécie de “galeria de arte”, com cartas, cartazes e fotos produzidos durante a ocupação. A exposição recebeu o nome de “Guilherme Irish”, em homenagem ao jovem goiano que participou dos protestos e, por isso, foi assassinado pelo pai. A estudante do curso técnico em Eventos, Beatriz Marques Bitelo, considera que a experiência da ocupação “trouxo muito crescimento para todos os ocupantes”, porque os jovens assumiram a

responsabilidade de “tomar conta” do campus por um mês. Segundo Beatriz, eram eles que faziam a limpeza e organização do local, a realização de oficinas, com convidados que vinham de fora, e o controle das pessoas que entravam e saíam do Instituto. Agora, diz a estudante, “estamos pensando em outras formas de manifestação. Não é porque a ocupação acabou que a gente vai aceitar tudo. O objetivo foi causar impacto nesse pessoal que deveria nos representar”, justifica.

Instituto está inserido na comunidade

Um dos cursos disponibilizados pelo IFSul Campus Sapucaia é o técnico em Eventos, que forma profissionais para atuar na organização e execução de projetos de eventos, com ênfase em eventos culturais. O professor do curso, Leonardo Renner Koppe, conta que os alunos foram responsáveis por um grande evento realizado nas dependências do Instituto: o IFComic, atração destinada aos fãs de





Professor Leonardo Renner Koppe e Professor Ênio Fagundes

games, histórias em quadrinhos, cosplays, filmes e séries de TV. A edição deste ano reuniu cerca de duas mil pessoas, grande parte do público sem relação com o Campus, fato que ele destaca como um dos grandes desafios da instituição. “O campus tem buscado várias iniciativas nesse sentido”, afirma. Outro projeto apontado pelo professor é o “Alçando Voo”, que propõe uma reflexão sobre as oportunidades que os formandos do ensino fundamental têm de continuar estudando. O projeto promove um curso de formação com profissionais da educação da rede pública do Município de Sapucaia do Sul e da região, para formar multiplicadores das reflexões sobre suas formações acadêmicas e o mundo do trabalho, além de promover visitas ao Instituto. “O projeto atinge de 20 a 30 escolas por edição, repercutindo em até mil estudantes da rede municipal e estadual de Sapucaia do Sul”, explica Koppe.

Surgido através da demanda industrial da região, o curso técnico em Plásticos foi pioneiro no Rio Grande

do Sul. A professora Maria Helena Polgati Moreira, coordenadora do curso, comenta que muitos alunos formados pela Instituição trabalham na área de plásticos em vários lugares do Brasil e do mundo, enquanto outros montaram suas próprias empresas. “O curso foi muito bem preparado. Ele reproduz uma indústria dentro da Escola”, afirma. Segundo ela, a mesma estrutura do curso técnico em plásticos é oferecida nos Campi de Caxias do Sul e Farroupilha, do IFRS. “Vários docentes que atuam lá são tecnólogos formados aqui na escola”, informa. Outro curso com bastante procura no IFSul Sapucaia é o superior em Engenharia Mecânica. Coordenador do curso, o professor Ênio Fagundes destaca que a graduação é frequentada, na sua maioria, por trabalhadores que já atuam na área. “Eles vislumbram uma colocação melhor no mercado”, informa. A Instituição atende grande parte dos municípios da região metropolitana, como Canoas, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo, além de Sapucaia do Sul. ■

IFSul - Campus Sapucaia do Sul

1,4 MIL alunos

78 professores efetivos (a grande maioria com mestrado e doutorado)

49 técnicos-administrativos



Desafios para o financiamento da saúde com a PEC 55



Roger dos Santos Rosa

Médico, Mestre em Administração e Doutor em Epidemiologia, Professor Associado do Departamento de Medicina Social / UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e em Ensino na Saúde

Em junho de 2016, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), recebida sob nº 241/2016 na Câmara dos Deputados, com o objetivo de instituir o “Novo Regime Fiscal”.

O “Novo Regime Fiscal” proposto na PEC visava reverter, “no horizonte de médio e longo prazo, o quadro agudo de desequilíbrio fiscal em que, nos últimos anos, foi colocado o Governo Federal” (Exposição de Motivos da PEC). O objetivo da PEC era “estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública”. Segundo a Exposição de Motivos, propunha-se “a criação de um limite para o cres-

“Com esse aumento populacional, se o patamar das aplicações mínimas para as ações e serviços públicos de saúde mantiver apenas o poder aquisitivo atual (variação da inflação), o gasto público federal mínimo per capita será progressivamente reduzido”.

cimento das despesas primária (sic) total do governo central”. Por despesa primária, entende-se a despesa governamental em que não são considerados os efeitos financeiros decorrentes dos juros e outros encargos da dívida. Essencialmente, a meta da PEC é o “crescimento real zero” das despesas primárias, referenciado apenas na inflação passada.

A PEC 241 ou “PEC do Teto dos Gastos” altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), parte final da Constituição Federal de 1988, que contém as regras para a transição do regime constitucional anterior (1969) para o estabelecido pela “Constituição Cidadã” (1988), bem como estabelece diversas outras regras de caráter transitó-

rio. Originalmente, abrangia três artigos, dos quais o primeiro acrescentava cinco artigos ao ADCT, o segundo revogava um artigo de uma Emenda Constitucional (nº 86) e o último estabelecia que entrasse em vigor na data da publicação. Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o primeiro artigo da PEC foi modificado para acrescentar nove artigos ao ADCT, que detalharam mais algumas situações.

Pelo texto aprovado no Senado, a despesa federal primária para o exercício de 2017 será limitada ao valor pago em 2016, corrigido em 7,2%, inflação prevista para o período, como já consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano. A partir de 2018, esses gastos só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada em doze meses, até junho do ano imediatamente anterior a que se refere a lei orçamentária. A sistemática vigorará por vinte exercícios financeiros, ou seja, de 2017 a 2036.

Algumas despesas não estarão sujeitas ao teto. É o caso das transferências de recursos da União para estados e municípios. Também não são abrangidos gastos para a realização de eleições e verbas para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

A partir do décimo exercício da vigência do “Novo Regime Fiscal”, a Presidência da República poderá propor projeto de lei

“A recente introdução de novas drogas no âmbito do SUS para o tratamento da hepatite C crônica e da artrite psoriásica (...) são exemplos de tecnologias não substitutivas, que impactam o orçamento público em saúde”.

complementar para alterar o método de correção dos limites das despesas primárias uma vez a cada mandato presidencial.

Especificamente, as áreas de saúde e educação terão tratamento diferenciado para 2017. A saúde (a rigor, apenas as ações e serviços públicos de saúde - ASPS) terá 15% da Receita Corrente Líquida, que é o somatório arrecadado pelo governo, deduzido das transferências obrigatórias previstas na Constituição. A educação ficará com 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas também seguirão o critério da inflação pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PEC estabelece um limite global para as despesas e não tetos específicos por tipo de despesa. O recurso aplicado em saúde ou educação poderá, em tese, crescer além da inflação dos doze meses desde que o gasto total do governo não supere esse limite. Entretanto, como mais de 85% das despesas da União são obrigatórias, há muito pouca margem para compensações.

Para a área da saúde, destacamos grandes desafios a serem enfrentados em decorrência da PEC 241(55)/2016.

O primeiro diz respeito à variação apenas nominal dos valores destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) ante o crescimento populacional previsto. Estima-se que a população brasileira aumentará de 206 milhões de habitantes em 2016 para 227 milhões em 2036.

Com esse aumento populacional, se o patamar das aplicações mínimas para as ações e serviços públicos de saúde mantiver apenas o poder aquisitivo atual (variação da inflação), o gasto público federal mínimo per capita será progressivamente reduzido. Ainda que as responsabilidades federais devam ser compartilhadas com as demais esferas subnacionais de governo (estados, municípios e Distrito Federal), o poder público federal parte de um patamar atualmente insuficiente (R\$ 519 por habitante em 2016) com perspectivas de redução real ante o crescimento populacional e o longo período previsto para o “Novo Regime Fiscal”.

O segundo relaciona-se ao envelhecimento populacional e às demandas por saúde daí conseqüentes. De acordo com projeções do IBGE, em termos absolutos, a população brasileira com 60 anos ou mais, em 2036, representará praticamente o dobro da atual. Estima-se que passe de 24,9 milhões para 48,9 milhões de habitantes. Na faixa etária dos oitenta anos, a previsão é de 3,5 milhões para 8,8 milhões de pessoas.

Sabe-se que os custos com o atendimento de saúde se elevam com a idade. O valor médio das internações no SUS, por exemplo, que representa um gasto expressivo do poder público, aumenta progressiva e sistematicamente da faixa etária dos adultos jovens até idosos de 60 a 69 anos. Assim, é provável que com o aumento da média etária, o valor médio dos tratamentos também tenda a subir, mesmo que apenas em termos nominais e se todas as demais variáveis se mantivessem constantes.

O terceiro se relaciona à utilização do IPCA “geral” para a variação da inflação de despesas da saúde. O IPCA representa uma espécie de “média” de diferentes grupos e subgrupos de despesas das famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos, residentes em áreas urbanas em algumas regiões metropolitanas e cidades do País, disponível desde 1981. É um índice de preços utilizado pelo Banco Central para o sistema de metas de inflação desde 1999 e

“Em duas décadas, entre 1996 e 2016, apenas em dois anos a variação anual do IPCA ‘saúde e cuidados pessoais’ foi menor do que a do IPCA ‘geral’”.

abrange variações ponderadas de nove grupos específicos (alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação) e 465 subitens. O grupo de despesas com saúde e cuidados pessoais, por sua vez, engloba seis subgrupos.

É fenômeno universal nas últimas décadas o crescimento mais acentuado dos custos no setor saúde com relação aos demais setores. A utilização do IPCA “geral” com relação a indicadores setoriais específicos para a saúde ao longo de 20 anos poderá gerar defasagens como pode ser verificado se compararmos suas evoluções. Tomando agosto de 1996 como base, observa-se que, em 20 anos (até setembro de 2016), a série temporal 433 do Banco Central

(IPCA) apresentou uma variação de 252,1%, enquanto a série 1641 (IPCA “saúde e cuidados pessoais”) variou 260,9%. Em duas décadas, entre 1996 e 2016, apenas em dois anos a variação anual do IPCA “saúde e cuidados” pessoais foi menor do que a do IPCA “geral”.

Outros indicadores de preços do setor saúde mostram a mesma tendência. Do índice de reajuste para planos de saúde individuais, divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, ao IVCMH (Índice de Variação de Custos Médico-Hospitalares), do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, todos, costumeiramente, ultrapassam o IPCA “geral”. Frise-se que esse fenômeno não é exclusivamente brasileiro, mas comum em diferentes sistemas de saúde.

Finalmente, a incorporação de tecnologia na saúde pressiona de forma não relacionada à mera variação geral dos preços capturada pelo IPCA. São novos exames, procedimentos e tratamentos anteriormente não disponíveis, e que se incorporam ao arsenal terapêutico, para a promoção, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento precoces, e a recuperação dos cidadãos brasileiros.

A recente introdução de novas drogas no âmbito do SUS para o tratamento da hepatite C crônica e da artrite psoriásica, a ampliação do uso de medicamentos antirretrovirais para a infecção pelo HIV, a adoção de medicamentos via transdérmica (adesivo) para pacientes com

demência leve e moderadamente grave do tipo Alzheimer, a adoção de fármaco inalatório para a fibrose cística e a inclusão do *crosslinking* corneano para ceratocone, entre outros, na cobertura do sistema público de saúde somente em 2015 e 2016, são exemplos de tecnologias não substitutivas, que impactam o orçamento público em saúde. Além disso, há situações como a concessão do aumento de preço (mais de 50%) autorizado no início do último trimestre (outubro/2016), para medicamentos como a penicilina, a fim de incentivar a indústria farmacêutica a produzir o medicamento, básico no tratamento da sífilis, que estava em falta no mercado. E é necessário considerar o surgimento de “novas” doenças, como as epidemias de dengue, chikungunya e, mais recentemente, a relacionada ao vírus zika com as complicações decorrentes, como, entre outros, a microcefalia.

São desafios que impactam nos gastos públicos para além da variação inflacionária. Como já mencionado, a PEC estabelece um teto “máximo” para todas as despesas primárias com base no IPCA do ano

“Alternativas à PEC, como propostas que impactassem de forma positiva no PIB (Produto Interno Bruto) per capita e na melhoria da distribuição da renda e do patrimônio, deveriam receber prioridade”.

anterior. Ainda que, para as despesas com saúde, tenha sido fixado um patamar “mínimo”, não havendo impedimento formal para que o Congresso Nacional destine parcela maior do orçamento federal para as ações e serviços públicos de saúde, é de se esperar forte pressão de diferentes grupos e lobbies para obter um crescimento acima da inflação e ampliar o máximo possível sua fatia na despesa total. Essa

pressão poderá frustrar as tentativas de ampliação do “mínimo” para a saúde.

Alternativas à PEC, como propostas que impactassem de forma positiva no PIB (Produto Interno Bruto) per capita e na melhoria da distribuição da renda e do patrimônio, deveriam receber prioridade. A progressividade tributária e a eficiência na arrecadação poderiam ser opções. Do ponto de vista da Seguridade Social, é necessário rever a desoneração da folha de pagamentos, subsídios e renúncias. Da mesma forma, o retorno da cobrança de imposto de renda sobre lucros ou dividendos pagos pelas empresas a pessoas físicas, cuja taxação foi abolida pela Lei 9.249/95 e tornou o País um dos raros que não a adota, é alternativa a ser examinada.

Por último, cabe destacar que as medidas da PEC centram-se exclusivamente nas despesas primárias, sem abordar as despesas com juros e outros encargos da dívida pública. Tal “silêncio” da proposta é sintomático de como o “Novo Regime Fiscal” nasce: preservando velhas configurações do orçamento público federal. ■



Transformação social, com autogestão, horizontalidade e participação, é a marca do EMAV

Texto e fotos: Daiani Cerezer



O Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) foi institucionalizado em 2008 e, desde então, está inscrito como uma atividade de extensão da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Com origem em uma proposta antiga nos cursos de Arquitetura e Urbanismo espalhados pelo Brasil, os escritórios modelos (EMAUs) são uma bandeira de estudantes e professores socialmente engajados.

De iniciativa e gestão estudantil, e sem fins lucrativos, o EMAV atua junto as comunidades que não têm acesso ao trabalho de um arquiteto pelos meios convencionais. Por isso, a concepção e execução dos projetos têm a participação ativa dos beneficiários, com foco na sustentabilidade.

História do EMAV

A história do EMAV começou em 2007, quando um grupo de estudantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA) foi escolhido para criar um Escritório Modelo. A proposta dos integrantes era criar um órgão dentro da faculdade, que tivesse como objetivo estabelecer uma troca, levando o conhecimento da universidade para a sociedade e, ao mesmo tempo, aprendendo com a vivência da comunidade.

No final de 2007, o então diretor da Faculdade de

Arquitetura, José Albano Volkmer, que era um professor muito querido de seus alunos e muito engajado politicamente, faleceu. Ele acreditava na responsabilidade social do arquiteto e apoiava a ideia de que os alunos devem conhecer e praticar a arquitetura além das portas da faculdade. Foi diretor da Faculdade de Arquitetura duas vezes e presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RS).

Para o atual orientador do EMAV e professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Leandro Mariano Vieira Andrade, “o professor Albano foi um dos maiores incentivadores do trabalho de extensão na área de arquitetura, uma figura importantíssima do ponto de vista da defesa da profissão de arquiteto e do ensino da arquitetura. Além de todo o seu currículo profissional e acadêmico, foi muito admirado por todos. Então, quando se pensou em dar um nome para o escritório, o dele surgiu naturalmente”.

Somente em 2008, após um ano de muito trabalho, pesquisa e atividades práticas, o EMAV foi, finalmente, apresentado à Faculdade e institucionalizado.

Hoje, o EMAV estimula o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio, da cultura e da memória social das comunidades trabalhadas, motiva os estudantes para promover atividades sociais, possibilitando a prática profissional que completa e enriquece o que é aprendido na faculdade e faz dos acadêmicos agentes multiplicadores de ações dentro e fora da universidade, incentivando a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade.

O Coordenador da Comissão de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, professor José Carlos Lemos afirma que, no campo da arquitetura e do urbanismo, os Escritórios Modelo são uma das maneiras ideais de executar e implementar, com efetividade, a extensão universitária. Para ele, o EMAV tem, ainda, o diferencial de colocar o processo de criação de projeto completamente à mercê da comunidade carente. Ou seja, os estudantes se esforçam em não influenciar o programa de necessidades, fazendo com que os usuários do projeto sejam ativos no sentido mais rigoroso da palavra. “O projeto arquitetônico que vai nascendo é, desta maneira,

Professor José Carlos Lemos



Marcélia Pinheiro

sempre muito identificado com a vida, costumes, história e linguagens das populações envolvidas."

Lemos conta que o EMAV "já foi criticado pelas corporações profissionais de arquitetos e urbanistas, porque a proposta é que alunos participem de um 'escritório' que produza serviços de arquitetura e urbanismo para comunidades e populações carentes." A ideia é que sejam serviços profissionais com a orientação de professores graduados e sem custo para estas populações. A crítica seria a de "concorrência desleal", uma vez que nos Escritórios Modelos não existem pagamentos ou remunerações. O professor contesta estes argumentos, destacando que "os serviços para comunidades carentes não são rentáveis e, portanto, não são objeto de interesse para escritórios 'comerciais'. O que incomoda alguns é o conceito", destaca.

Para o orientador do EMAV, Leandro Andrade, que participa da iniciativa desde a fundação, em 2007, "o Escritório é uma iniciativa estudantil, de autogestão, criada através de discussões amplas, horizontais e participativas, que não propõe projetos, mas, em contato com as comunidades, e através de suas demandas, junta-se a elas para realizá-los. Além disso, o EMAV não faz projetos para indivíduos, mas para comunidades em situação de fragilidade social, que se enquadram na ideia ampla de projeto participativo de Arquitetura e Urbanismo."

Entre os projetos desenvolvidos, Andrade destaca a escola de educação infantil da São Judas Tadeu,

"O aspecto mais relevante dos projetos é a relação das pessoas com o seu espaço. A forma como, ao trabalhar a lógica espacial, transformam-se as relações sociais das comunidades e vice-versa. Desse diálogo, criam-se alternativas para a sociedade."



Rafael Berny, voluntário do EMAV e aluno do 9º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo

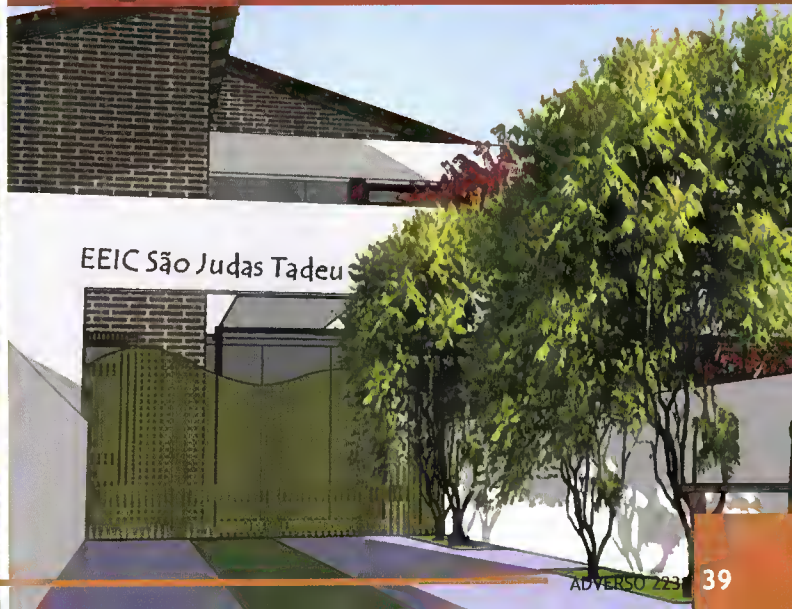
próximo da PUC, e a escadaria do Bairro Jardim Universitário, junto ao Campus do Vale, em Viamão.

Para marcar uma década de existência, ocupando salas precárias da Faculdade de Arquitetura, o Escritório Modelo se prepara para um upgrade. "Neste ano de 2016, fomos contemplados com recursos federais do Ministério da Educação. Apresentamos a proposta e recebemos recursos consideráveis para manter um grupo grande de bolsistas e comprar equipamentos. Dentro desse projeto maior, incluímos uma aspiração mais antiga nossa, que era ter um espaço próprio para trabalhar, a nossa própria sede.

Professor Leandro Andrade



Projeto da Escola de Educação Infantil da São Judas Tadeu





Lucas Rufino



Elisa Utzig



Fernanda Évelyn Ferreira

Conseguimos apoio da Superintendência de Estrutura da Pró-Reitoria de Extensão e, agora, se tudo der certo, o Escritório terá o seu espaço democrático e de extensão.”

O projeto para a construção da sede própria do EMAV já está finalizado, assim como os equipamentos estão comprados e começam a ser recebidos. Pelo edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), que o EMAV ganhou em 2015 e está vigente para 2016-17, foram adquiridos equipamentos, como computadores e materiais para auxiliar no trabalho dos alunos. Paralelamente, a UFRGS doou dois containers, que serão instalados no Campus Centro. A previsão é que a nova sede comece a ser construída imediatamente.

Lucas Rufino, aluno do 5º semestre do curso de Design de Produtos e bolsista do EMAV, reconhece a necessidade de sair do espaço físico da Faculdade de Arquitetura, o que, segundo ele, “permite cortar um pouco esse vício de olhar a Universidade com seus moldes já determinados há muito tempo. Um espaço como esse que estamos construindo para o EMAV é muito importante, tanto para uma visão de dentro da universidade, como para ser um espaço diferente, de inserção, onde a comunidade pode interagir.

O grupo de alunos é, na avaliação do professor Andrade, “interdisciplinar de verdade, com estudantes de arquitetura, engenharia, serviço social, geografia, comunicação. É um grupo aberto a estudantes de qualquer curso”.

“As pessoas que se interessam pelo tipo de trabalho que o EMAV faz sonham com uma sociedade mais justa, igualitária e livre de opressões, assim como muita gente sonha. O mais importante é que a gente tenta fazer isso na prática. Não adianta defender uma sociedade mais igualitária e usar mecanismos autoritários para realizar as ações. A autogestão é um sonho, uma sociedade livre de hierarquias, sem diferenciação entre quem executa e quem manda. No EMAV, conseguimos fazer isso na prática, da maneira que nos organizamos. Concordo com os professores nos ajudando, mas com o mesmo grau de hierarquia que a gente, trabalhando junto. E é isso que também tentamos espalhar por aí, através das nossas práticas.”



Gustavo Ruwer, bolsista do EMAV e aluno do 1º semestre do curso de Ciências Sociais.



Mutirão da escadaria da rua Sete Povos em Viamão

Estudantes e professores de qualquer universidade podem participar do EMAV como voluntário. Para ser bolsista, o interessado precisa ser aluno da graduação da UFRGS. “Hoje, são 14 bolsistas, mas o grupo do EMAV é muito maior do que isso. Temos pessoas que já foram bolsistas, que já se graduaram e continuam colaborando de alguma forma. A gente tenta ser o mais aberto possível”, ressalta Andrade.

Para Fernanda Évelyn Ferreira, bolsista do EMAV e aluna do 6º semestre do curso de Serviço Social, “o EMAV é bem horizontal. Majoritariamente, é composto por pessoas do curso de Arquitetura e Urbanismo, mas tem alunos de diversos outros cursos, bolsistas e, também, voluntários”.

“As bolsas são selecionadas por cursos que têm afinidade com os trabalhos desenvolvidos pelo EMAV, como serviço social, psicologia, jornalismo, design. Hoje, o Escritório comemora a ampliação do número de participantes que foi viabilizada pelo programa de extensão do Governo Federal”, explica Elisa Utzig, que é bolsista do EMAV e cursa o 7º semestre de Arquitetura e Urbanismo.

“Politicamente, o EMAV foi uma das coisas mais importantes da minha vida, tanto no aspecto de participar do diálogo com o poder público em lugares não convencionais, quanto para ver o lado negativo, do poder público usando artimanhas para não assumir



Bruno Löff Leite, bolsista do EMAV e aluno do 9º semestre do curso de Engenharia Civil

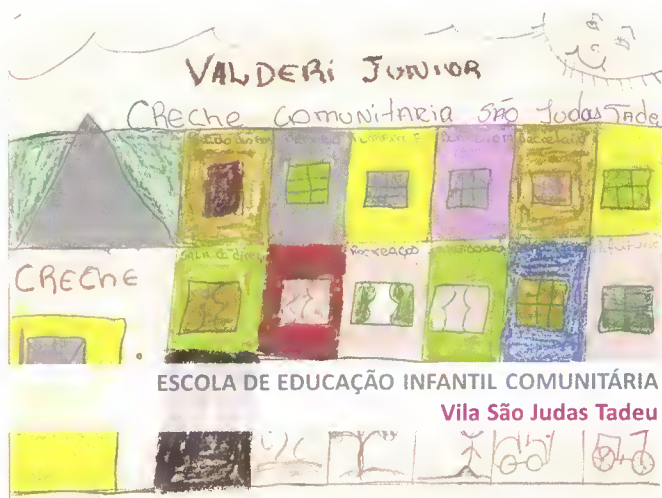
“O EMAV promove um diálogo entre os saberes acadêmico e popular, que tenta levar à população a ideia de autonomia, no sentido de que a população se organize e tenha iniciativa. O intuito de propagar a ideia de autonomia deu certo, tanto que os moradores do Beco das Pedras estão fazendo mutirões para expandir a organização dos espaços da comunidade onde vivem.”

seus próprios deveres. Por exemplo, o Morro da Cruz é uma Área de Preservação Permanente. Teoricamente, o poder público não tem o dever de garantir a permanência destes moradores, mas tudo isso entre aspas, porque, no momento em que a população está lá, o poder público passa a ter obrigação de cuidar dela.”

Trabalhos desenvolvidos pelo EMAV

2013 – Sobre aproximação e apropriação: o processo de projeto participativo da Escola de Educação Infantil da Vila São Judas Tadeu

No ano de 2011 surge a demanda pela realização de um projeto de Escola de Educação Infantil na Vila São Judas Tadeu, em Porto Alegre. Esta comunidade rejeitou os projetos padrão realizados pela Prefeitura, e solicitou ao EMAV e ao NORIE (Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação), ambos da UFRGS, um projeto alternativo, com elementos de sustentabilidade e mais adequado ao seu local de implantação. Este projeto foi desenvolvido, com participação da comunidade beneficiada, buscando soluções adequadas ao local e aos anseios da comunidade, e implementando tecnologias construtivas e sistemas mais sustentáveis. O projeto recebeu Menção Honrosa no Prêmio Extensión Arquicur.



2014 - Escadaria da Rua Sete Povos em Viamão-RS: uma experiência de organização popular e autoconstrução

Construção de uma escadaria na comunidade do Bairro Jardim Universitário, em Viamão, a partir da identificação de problemas de infraestrutura urbana. Articulada pela Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário (AAMJU) e grupos de apoio, fundamentalmente compostos por estudantes de diferentes campos disciplinares, a deliberação de autoconstrução da escadaria se baseou no consenso

entre moradores e acadêmicos, na horizontalidade das relações e na autonomia das ações em relação ao poder público. Desenvolvido ao longo de quatro meses, o processo contou com a tomada de decisões em assembleias, com o autofinanciamento pela comunidade e com a prática da construção por mutirões, nos quais os grupos de atores envolvidos participaram diretamente, e para o qual o “saber local” e a relação dialógica de saberes com os extensionistas foi fundamental. O projeto ficou em segundo lugar no Prêmio Extensión Arquicur.

2015 – Creche Esperança e Centro Comunitário Vila São José: a arquitetura como instrumento de emancipação da sociedade e formação de redes

Desde 1999, a comunidade da Vila São José, na região metropolitana de Porto Alegre, testemunhou um fenômeno de organização comunitária por parte de moradoras que constituem a ARLAS2. O trabalho compartilhado de coleta de resíduos sólidos, para geração de renda, impulsionou as moradoras a formar uma associação, com objetivo de buscar melhorias para o bairro. Em 2013, com recursos oriundos da compensação urbana de um loteamento próximo, e em parceria com o Instituto Elos, a comunidade se voltou para o seu espaço, requalificando a praça adjacente ao galpão de reciclagem. Em janeiro de 2014, foi formada a parceria com o EMAV para, através de metodologias participativas, planejar a Creche Comunitária Esperança. O Bairro Guajuviras foi uma ocupação informal, entretanto, o terreno destinado a esse equipamento urbano, que há muito era um sonho dos moradores, havia sido preservado de ocupações pela própria comunidade. Junto à creche, e com ainda maior prioridade, foi elencado como objetivo construir o Centro Comunitário da Vila São José, como sede da ARLAS. Essa parceria entre sociedade civil organizada e agentes acadêmicos continua a promover ações voltadas para o desenvolvimento sócio-espacial da comunidade e se insere em um contexto de produção democrática e autônoma da cidade.

Projeto do EMAV é premiado na Arquisur

O projeto Práticas Participativas no Beco das Pedras deu ao EMAV o primeiro lugar no Prêmio Extensión Arquisur 2016, concedido pela Asociación de Escuelas y Facultades de Arquitectura Públicas de América del Sur (ARQUISUR), no congresso realizado em Concepción, no Chile.

O que é

O Beco das Pedras é uma passagem de difícil acesso, localizado no Morro da Cruz, Zona Leste de Porto Alegre. Sendo área não regular, a comunidade não tem acesso pleno aos serviços públicos básicos. O Morro da Cruz é estigmatizado pela mídia, como local com forte presença do tráfico de drogas e altos índices de violência. No Beco, moram cerca de 20 famílias, a maioria na faixa entre 20 e 45 anos, desempregados e beneficiários de programas sociais. Está situado numa área de proteção permanente, que vem sendo ocupada de maneira informal há aproximadamente 50 anos. Ou seja, o Estado apenas tolera a presença dos moradores no local, sem oficializar o direito à posse da terra. Por isso, a manutenção de tudo o que é público, como a rua, o calçamento, a iluminação, o esgoto e o lixo acabam se tornando uma responsabilidade da própria comunidade.

Desde 2014, o EMAV vem desenvolvendo um processo participativo, com ações relacionadas ao saneamento, à coleta de lixo e ao acesso às moradias no Beto das Pedras. Nos primeiros encontros, foi

identificada uma série de demandas oriundas da comunidade. Com o objetivo de agregar mais pessoas ao processo e fortalecer o sentido de comunidade, foi escolhida a pauta do lixo para começar. As primeiras atividades foram voltadas à organização do grupo, buscando estabelecer uma relação de confiança e parceria, criando o hábito de se reunir para discutir os problemas locais. Como a comunidade não possuía um espaço de convivência, as reuniões começaram de forma itinerante, sendo realizadas cada vez no pátio de uma casa.

Hoje, os moradores se preparam para fundar sua própria associação comunitária. Várias dinâmicas foram propostas pelo EMAV, em conjunto com as famílias. As primeiras, voltadas à conscientização ambiental, incluíram mapeamento de pontos de acúmulo de lixo, mutirões e confecção de lixeiras. Após pressão junto à Prefeitura, o maior foco de lixo foi retirado. O terreno limpo foi conquistado pela comunidade e transformado em um espaço de convivência.

Fonte: vídeo *"Uma questão de autonomia: práticas participativas no Beco das Pedras"*.



Beco das Pedras

“Mérito é integralmente dos alunos”, diz coordenador do projeto

O professor José Carlos Lemos ressalta a postura crítica dos alunos do EMANV que, apesar de ficarem felizes e honrados com a premiação, por ser a valorização de um projeto de extensão popular, posicionaram-se publicamente contra o método de avaliação meritocrático, que permeia toda a estrutura acadêmica. Contudo, ele reconhece que se trata de um prêmio muito prestigiado, porque envolveu dezenas de universidades de toda a América do Sul e gigantes,

como Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Buenos Aires e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre outras.

“Eu tive e tenho a honra de ser o coordenador deste projeto, inclusive fui eu que recebi o prêmio, em minhas mãos, no Chile, porque estava lá representando o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, como Coordenador Pedagógico. Porém, devo admitir o papel absolutamente coadjuvante do professor nas atividades do EMANV. O mérito é integralmente dos alunos”, destaca. ■

Obras em formato digital, com acesso gratuito

A editora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) lançou suas duas primeiras publicações, que ficarão acessíveis aos leitores, gratuitamente, em formato digital.

Por Daiani Cerezer

A Editora da UFCSPA iniciou suas atividades no dia 8 de outubro de 2015, depois que seu regulamento foi aprovado pelo Conselho Universitário. De acordo com o vice-diretor da editora, professor Éder da Silveira, havia um entendimento de que “é papel da Universidade divulgar a produção acadêmica para o maior número de pessoas, de preferência gratuitamente. Por isso, há bastante tempo, existia uma inquietação com relação à inexistência de uma editora na UFCSPA”.

Com as tecnologias de informação e comunicação disponíveis, o caminho escolhido foi criar uma editora que publicasse livros acadêmicos em formato digital (e-book), com baixo custo, utilizando os recursos humanos que já estão na Universidade e disponibilizando os livros gratuitamente. “Idealizada a



Éder da Silveira

A cura da raça

eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX



Adriana Aparecida Paz
Aline Correa de Souza
Eliane Goldberg Rabin
Emiliane Nogueira de Souza
Karin Viegas
Marcio Camatta
Simone Travi Canabarro

Emiliane Nogueira de Souza (org.)

Manual de Procedimentos Básicos de Enfermagem

As primeiras duas publicações da Editora da Ufcsa já estão disponíveis em formato digital

“A Cura da Raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX”
Autor: Éder da Silveira

“Manual de Procedimentos Básicos de Enfermagem”
Organizadora: Emilian Nogueira de Souza
Autores: Adriana Aparecida Paz, Aline Corrêa de Souza, Eliane Goldberg Rabin, Emilian Nogueira de Souza, Karin Viegas, Marcio Camatta e Simone Travi Canabarro.

editora, fomos buscar apoio nas instâncias superiores da UFCSPA”, relata Silveira.

Sem fins lucrativos, a editora da UFCSPA tem como objetivo divulgar a produção acadêmica nos mais variados campos das humanidades e das ciências. O objetivo é publicar, em formato digital e/ou impresso, obras originais e/ou reedições de caráter científico, didático, técnico, literário e artístico, e publicações periódicas aprovadas pelo Conselho Editorial. Alberto Antônio Rasia Filho, Alice de Medeiros Zelmanowicz, Ana Carolina da Costa e Fonseca (diretora), Caroline Tozzi Reppold, Éder da Silveira (vice-diretor), Luciana Boose Pinheiro, Márcia Schmitt Veronezi Cappellari, Rafael Andrade Caceres, Rodrigo de Oliveira Lemos e Thalisson Silveira da Silva formam o Conselho.

Obras de ficção deverão ser apresentadas, acrescidas de aparato crítico que justifique sua publicação por uma editora universitária. Em casos específicos, poderão ser feitas coedições e traduções, bem como originais em língua estrangeira (inglês, francês, espanhol ou italiano), além de organizar séries e coleções temáticas. Isabela Beraldi Esperandio e Olívia de Barros Freitas são as colaboradoras para revisão de

língua portuguesa, e Olívia de Barros Freitas é assistente editorial.

A coordenadora da editora da UFCSPA, professora Ana Fonseca, recorda que, há alguns anos, ela e o professor Éder Silveira tiveram a ideia de criar uma editora. O sonho se tornou realidade e o desafio, agora, é intensificar o trabalho editorial. O formato eletrônico e a gratuidade viabilizam o efetivo acesso às publicações, além de facilitar o retorno à sociedade do conhecimento produzido pela academia. “Conhecimento que, em grande parte, é pago com dinheiro público”, justifica a coordenadora. O primeiro ano de trabalho na Editora foi dedicado às questões formais, especialmente da constituição jurídica, e à escolha da diretoria e do conselho editorial, que agora estão em plena atividade. ■

Saiba mais sobre as instruções para publicação e sobre a política editorial da Editora da UFCSPA:

www.ufcspa.edu.br/index.php/editora

editora@ufcspa.edu.br

Telefone (51) 3303-8811

Parte da equipe da Editora (da esq. para a dir.): Thalisson daSilva, Ana Fonseca, Rafael Cáceres, Olívia Freitas, Márcia Veronezi, Alberto Rasia, Caroline Reppold e Luciana Boose



O Estado, a Economia e a Política: a influência dessa tríade na vida do cidadão



André Bloise Hochmüller

Contador e Professor da UFRGS das disciplinas de Contabilidade Governamental I e de Auditoria Governamental do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

“Para ser grande, sê inteiro”.
(Fernando Pessoa)

O Estado pode ser conceituado como uma organização político-administrativa soberana, que tem por fim o bem comum de um povo (componente humano) situado em determinado território. A Gestão ou Administração Pública é o Estado em ação por meio da mobilização dos diversos recursos a favor da coletividade, sujeitando-se aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No que se refere à legalidade, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. No aspecto da impessoalidade, todos são iguais

“Todo ato administrativo será determinado para atender aos interesses sociais e não vinculará à conveniência de qualquer pessoa (supremacia do interesse público sobre o particular)”.

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Todo ato administrativo será determinado para atender aos interesses sociais e não vinculará à conveniência de qualquer pessoa (supremacia do interesse público sobre o particular). Em relação à moralidade, todos são submetidos à obediência aos princípios morais e éticos (probidade e retidão). No que diz respeito à publicidade, todos têm direito ao acesso às informações disponíveis na Administração Pública, ou a ela entregues (os atos devem ser públicos, sendo o sigilo uma exceção). Em relação à eficiência, esse princípio significa a busca de qualidade e produtividade, de resultado, nas deliberações e procedimentos da Administração. A Econo-

mia é uma ciência social que estuda e elabora propostas para que a sociedade organize a produção e distribuição de riqueza e o consumo de bens e serviços, envolvendo as empresas, os cidadãos, o governo e os sistemas de recursos, regulando a oferta e a demanda, bem como os fatores de produção (mão-de-obra, capital financeiro, recursos naturais e máquinas, capacidade empresarial e capacidade tecnológica). A Política, na concepção apartidária, não sectária e ideológica, é a atividade dos cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto e com sua participação na vida social, sendo que, na atualidade, representa as atividades práticas relacionadas ao exercício do poder do Estado; sendo assim, está intimamente relacionada ao conceito de exercício do poder, mas com objetivo precípuo de promover a ordem pública, o progresso econômico e o bem estar social.

Atualmente, no âmbito econômico, o cidadão é, diariamente, submetido a uma overdose de fenômenos que afetam a sua vida cotidiana como, por exemplo, a inflação incidente sobre o custo de vida e familiar; a carga tributária excessiva sobre seu patrimônio e renda; o desequilíbrio orçamentário do governo que afeta a prestação dos serviços públicos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança; a crise nas finanças públicas em nível federal, estadual e municipal que requer o equilíbrio entre o aumento da arrecadação e redu-

“Nesse sistema integrado pela tríade do Estado como estrutura de governo e de Poder, (...) encontra-se o cidadão, que é dotado de uma real e preciosa existência social, a qual deve ser vivida sem prejuízo da sua individualidade e alicerçada nos seus princípios da moral e da razão”.

ção permanente de despesas; o ajuste fiscal necessário para organizar as contas públicas em função do não cumprimento das metas fiscais pelo próprio governo, que gasta mais do que sua capacidade de arrecadar as receitas; dentre outras situações fáticas que exigem informação atualizada e conhecimento técnico suficiente para compreender esse cenário crítico e, ao mesmo tempo, desafiador. No âmbito estatal, surgem inúmeros conceitos doutrinários e legais, envolvendo a questão da governabilidade como condição política necessária para o exercício do poder; a governança que se configura como a capacidade que o governo tem de tomar decisões e de administrar (planejar, organizar, dirigir e controlar); o planejamento governamental materializado no Orçamento Público; a gestão pública que requer capa-

cidade técnica, experiência e qualificação; o controle governamental (interno e externo) e social da Administração Pública por meio da exigência de prestação de contas permanente à sociedade da boa e regular gestão dos recursos públicos com transparência e acesso pleno à informação; a responsabilidade fiscal na otimização da receita em prol dos gastos necessários para a execução das políticas públicas em prol da sociedade, dentre outros, os quais denotam um contexto complexo e crítico para fins de entendimento e compreensão. No âmbito político, o cidadão defronta-se com situações reais que caracterizam corrupção; crise ética e moral; corporativismo; fisiologismo; ausência de liderança pela falta de exemplo pessoal; falta de coerência ideológica e programática das agremiações partidárias; predomínio do interesse individual em prejuízo ao interesse público; exercício do poder desprovido de caráter e retidão de conduta; manipulação; jogo de interesses escusos; vaidade pessoal; dentre outros casos concretos que evidenciam um cenário ameaçador, deprimente e desestimulante.

Nesse sistema integrado pela tríade do Estado como estrutura de governo e de Poder; da Economia representando a influência do dinheiro nas relações interpessoais e sociais; e da Política caracterizando a manipulação individual e social desprovida de valores éticos e morais; encontra-se o cidadão, que é dotado de

uma real e preciosa existência social, a qual deve ser vivida sem prejuízo da sua individualidade e alicerçada nos sãos princípios da moral e da razão. Ele, portanto, é dotado de liberdade de pensamento e ação com responsabilidade; vontade de ação em prol do bem comum e do auto-aperfeiçoamento; razão que ilumina as trevas da ignorância e afasta o preconceito, a intolerância e o erro; e dignidade natural que reflete o espírito que é divino e imortal sob a proteção de Deus. Por ser considerado uma pessoa divina (espiritualizada), o cidadão deve cultivar a sabedoria diante de um mundo materialista, hedonista, midiático e desprovido de princípios e valores morais e éticos, os quais procuram conduzi-lo a um ambiente que oprime sua liberdade, motiva a ganância irrefreável e induz ao exercício do poder sem liderança. O cidadão especulativo deve procurar, por meio do estudo e da reflexão permanentes, entender esse complexo contexto dos fenômenos do Estado, da Economia e da Política que interferem, diretamente, em sua vida, qualificando-se como um verdadeiro construtor social, não impondo limites para a investigação da verdade sobre essa realidade. O cidadão é um ser humano especial, diferenciado e único, amante da sabedoria, comprometido com a verdade, defensor da causa daqueles que mais precisam da ação política da estrutura estatal para a promoção da inclusão social gerada pela estabilidade

“É recomendável que o cidadão desenvolva a conscientização individual e coletiva da relevância do estudo e da compreensão dos fenômenos dessas três esferas que orbitam no mundo real da sua vida, procurando criar as condições necessárias para vencer os vícios e as paixões da opressão à liberdade pelo Estado, da manipulação nefasta do dinheiro pela ganância gerada pela Economia e do exercício do poder sem sabedoria oriundo da Política”.

econômica.

No Estado Democrático de Direito, regido pela política da justiça social e do equilíbrio econômico, ocorre a geração de emprego e renda; a neutralização da inflação que assegura a sobrevivência com dignidade; a preservação do poder aquisitivo; o consumo responsável; a responsabilidade fiscal das contas públicas; a arrecadação tributária equânime para sustentar o gasto público adequado e necessário para o custeio (manutenção) e investimento em prol da sociedade; o desenvolvimento sustentável; e a harmonia nas relações entre as famílias, as empresas, o governo e o mercado, oportunizando crescimento e prosperidade. Compete ao cidadão como agente político e econômico, integrante da estrutura estatal e governamental, ser um pai de

família honrado e trabalhador; exemplo de conduta ilibada; líder servidor à disposição da comunidade e que prioriza o interesse coletivo em detrimento do interesse individual e particular, promovendo a convivência pacífica em sociedade, pautada pelos valores da tolerância, fraternidade e solidariedade. Portanto, o cidadão contemporâneo deve ter conhecimento, habilidade e atitude para trabalhar, incansavelmente, de forma contínua, o seu aperfeiçoamento moral, intelectual e espiritual, diante de um contexto atual tão conturbado, materializado em sua realidade pelas interferências e consequências da ação do Estado, da Economia e da Política.

É recomendável que o cidadão desenvolva a conscientização individual e coletiva da relevância do estudo e da compreensão dos fenômenos dessas três esferas que orbitam no mundo real da sua vida, procurando criar as condições necessárias para vencer os vícios e as paixões da opressão à liberdade pelo Estado, da manipulação nefasta do dinheiro pela ganância gerada pela Economia e do exercício do poder sem sabedoria oriundo da Política. Cabe a nós, cidadãos, reagir a essa tríade por meio da conversão em virtudes de Solidariedade, de Serviço desinteressado e discreto, sem ostentação, e da Liderança com autoridade moral e ética, demonstrando a justiça e o equilíbrio através de nossas palavras, ações e exemplos. ■

Remédios amargos

Eddo Hallenius de Azambuja Bojunga
Engenheiro e professor aposentado da UFRGS

Li atentamente a grande maioria dos artigos contidos na Revista Adverso de número 222, com destaque para a entrevista com o Magnífico Reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann. Minha manifestação versa sobre os artigos sobre a PEC 241 (55) e sobre a Reforma Previdenciária; deixo de lado, para não misturar o enfoque, os artigos sobre a PLP 257/2016, MP 746/2016, a PL 4567/2016 e demais, que envolvem diretamente as questões de Ensino no País.

O que me chama a atenção, de um modo geral, é que quem aborda o assunto com posicionamentos contrários, tanto à PEC 241(55) como à futura Reforma da Previdência, sempre enfoca os prejuízos que advirão com a sua aplicação, abordando as perdas sobre a Saúde e a Educação e, no caso da Previdência, as perdas individuais de cada um, por terem de trabalhar mais alguns anos. Esquecem, ou fingem esquecer, que a PEC 241(55) é uma consequência dos efeitos de más gestões, com gastos excessivos e corrupção sem limites! Esquecem que a Reforma da Previdência é tão necessária como o ar que respiramos para a nossa sobrevivência. Se nada for feito, no futuro, chorarão os brasileiros aposentados, inicialmente, com o atraso de pagamentos e, depois, até mesmo, o não recebimento de suas aposentadorias. De um modo geral, o remédio é amargo e o nosso Brasil, para endireitar, irá precisar tomar mui-

tos remédios amargos, consequência de um País que foi desenvolvido, calcado em privilégios. Se não for feita alguma coisa agora, quando temos um Governo em que o Presidente não está preocupado em se candidatar em 2018, não sei quando faremos, a não ser que seja pela força num regime de exceção. Será isto o que desejamos? Aqueles que são contrários às medidas que o Governo está procurando tomar, não consideram que tudo isto que estamos passando é a consequência das más gestões que tivemos nos últimos anos e do aumento da perspectiva de vida. Assim também ocorre em nossa vida particular. Se gastarmos anos a fio mais do que recebemos com os nossos salários ou proventos, ficaremos endividados e, em um momento, seremos obrigados a cortar parte das compras em alimentação, dispensar a empregada doméstica, reduzir a ida a restaurantes, ao teatro, ao cinema, aos espetáculos esportivos, cortar ou diminuir a mesada dos filhos, sem falar no seu aprendizado em língua estrangeira, academias e outras atividades que serão julgadas supérfluas e, em consequência, suprimidas para chegarmos ao nosso equilíbrio orçamentário.

Remédios amargos terão que vir, porque o País é todo torto, se comparado com as nações mais desenvolvidas. Mudar a nossa cultura também precisa, mas isto é mais difícil e levará séculos... ■



Espaço do Leitor

Envie seu comentário, sugestão ou crítica sobre os assuntos abordados na Revista Adverso

comunica@adufrgs.org.br

◆

PROCURO UMA ALEGRIA
uma mala vazia
do final de ano
e eis que tenho na mão
– flor do cotidiano –
é voo de um pássaro
é uma canção

— Carlos Drummond de Andrade —

◆

Feliz 2017!



iga NÃO à PEC
NA LUTA EM DEFESA DA ED
E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação